

DANIELE SALVALAGIO ABRAHIM

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: UMA HISTÓRIA DE AMIZADE

**Marília
2009**

DANIELE SALVALAGIO ABRAHIM

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: UMA HISTÓRIA DE AMIZADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – campus de Marília – SP como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação, sua a orientação do Dr. Alonso Bezerra de Carvalho.

**Marília
2009**

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Abraham, Daniele Salvalagio.

A159r A relação professor-aluno: uma historia de amizade /
Daniele Salvalagio Abraham – Marília, 2009.

79 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

Bibliografia: f. 76-79.

Orientador: Dr. Alonso Bezerra de Carvalho.

1. Relação professor-aluno. 2. Amizade. 3. Afetividade.
I. Autor.II. Título.

CDD 370.153

DANIELE SALVALAGIO ABRAHIM

A relação professor-aluno: uma história de amizade

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP – Campus de Marília – como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação do Doutor Alonso Bezerra de Carvalho.

DATA : ___07___ / ___04___ / ___2009___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho - Orientador
FCL – UNESP - Assis

Prof. Dr. Carlos da Fonseca Brandão
FCL – UNESP - Assis

Prof. Dr. José Luiz Guimarães
FCL – UNESP - Assis

*Dedico este trabalho a memória
de minha avó Ada,
luz que brilha austera,
que me visita em sonhos
e nas lembranças que só volteiam,
sempre estará aqui, no meu coração...*

AGRADECIMENTOS

Dialogar com o conhecimento é sempre um convite prazeroso, mas que requer um trabalho de pesquisa árduo, incessante estudo e dedicação. Embora este seja um esforço solitário, em grande parte, sua realização não seria possível sem o apoio, afetivo e intelectual, de pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo. Sem obedecer necessariamente uma ordem, a algumas eu gostaria de agradecer de maneira especial.

À minha família, único alicerce verdadeiramente seguro e insubstituível, que realmente me conhece, incentiva e sempre me apóia mesmo nos momentos “aparentemente” difíceis. Afinal, “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto, é realidade”, dizia Raul Seixas.

A meus pais, Irinaldo e Alice, que sempre representarão as raízes de tudo o que sou.

Ao meu esposo Rubens, companheiro, amigo, sempre ao meu lado em todos os momentos mais importantes desta trajetória.

Aos meus filhos, Nicolli e João Henrique, que me ensinam todos os dias como o amor e a alegria fazem nossa existência ter muito mais sentido. Por compreenderem e aceitarem minhas dificuldades de estar por completo com vocês durante o percurso deste trabalho.

Aos que sempre farão parte de mim; agradeço por tornarem nossos encontros um mágico refúgio dos sonhos, onde tudo é possível; como o amanhecer da vida quando tudo é novo e maravilhoso. Em especial, destaco os mais presentes: meus irmãos Marcio e Juninho, meu sogro Nicolau e minha sogra Mary, meus cunhados Jorge, Joelza, Ana Isabel e Isabela e meus sobrinhos queridos Ricardo, Lucas, Bruno e João André.

Ao professor Alonso Bezerra de Carvalho, mestre que mais que orientador foi amigo, ensinando sua arte da maneira mais efetiva, pelo sentido que ela pode fazer em nossa vida.

Aos professores Dra. Ana Clara Bortoleto Nery e Dr. Carlos da Fonseca Brandão, pelas valiosas contribuições durante o processo de qualificação desta pesquisa.

À dona Idite, responsável por cuidar dos meus filhos durante o período de viagens e inúmeras horas de estudo.

Às minhas companheiras de luta e coração Franciane e Edna. Agradeço pelas trocas de idéias, pelos inúmeros e fundamentais momentos de descontração, o suporte, a partilha, enfim, pela amizade conquistada.

*"Não é possível refazer este país,
democratizá-lo, humanizá-lo,
torná-lo sério, com adolescentes brincando
de matar gente,
ofendendo a vida, destruindo o sonho,
inviabilizando o amor. Se
a educação sozinha não transformar a
sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda."
Paulo Freire*

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar um estudo sobre as relações entre professor-aluno a partir do tema da amizade, tendo como foco de análise uma visão histórico-filosófica, visto que é necessário que haja um equilíbrio no ambiente escolar para que o processo ensino-aprendizagem aconteça de maneira satisfatória e harmoniosa. Busca-se conhecer o trajeto histórico das relações professor-aluno, estabelecendo-se alguns princípios institucionais, que tratam dos aspectos constitucionais e legais em geral, no que refere aos direitos do cidadão à educação e aos deveres do Estado em colocá-la a sua disposição. Para tanto, trabalhamos com a questão da indisciplina na escola, considerando-a como fator que cria dificuldades em uma relação harmoniosa entre educadores e educandos. Isso implica em levantar as causas das relações conflitantes e lógico, envolvendo o seu antônimo, pois, também as relações harmoniosas no ambiente escolar é o equilíbrio. Diante das causas é possível, pelo menos teoricamente evidenciar a possibilidade de solução dos problemas. A iniciativa de resolver estes problemas cabe aos professores, à administração e ao corpo técnico da escola, em um envolvimento da comunidade escolar, que chega até os familiares dos alunos, pois muitas vezes os atritos que dificultam as relações entre docentes e discentes, têm origem no grupo social familiar e sua extensão na sociedade. O fato de se ter uma visão, na prática, que aponta para a realidade conflitante tanto da parte dos professores como da parte dos alunos, faz com que se busque em estudos bibliográficos, conhecimentos que possam ser somados à prática pedagógica cotidiana, para que se possa corrigir rumos e aproveitar melhor esta prática para alcançar os resultados desejados no âmbito do processo de aprendizagem, que é o fim primeiro da educação. Por fim, analisa-se a amizade, como referência da afetividade bilateral entre professores e alunos, como forma de resolver não apenas os conflitos entre as partes, mas também de proporcionar ambiente adequado para a realização da meta maior do processo educacional, que é a aprendizagem dos conteúdos, acompanhado do desenvolvimento social e a conseqüente formação do caráter do cidadão que deve concluir seus cursos com todos os sucessos de aprendizagem, mas especialmente aquele que o faz conviver harmoniosamente com seus semelhantes.

Palavras chave: Relação professo-aluno. Amizade. Afetividade. Indisciplina. Sala de aula.

ABSTRACT

This work intends to present a teacher and student relationship study starting from the theme friendship, having as analysis focus on the historical and philosophical vision, seen that it is necessary to have a balance at the scholar environment in order to provide a teaching and apprenticeship process in a satisfactory and harmonious way. It is searched the historic trace of the teacher and student relation, starting some institutional principles, which treats the constitutional and legal aspects in general, which is referred to the citizen rights of education and Union duties on offering them. So, we worked with the indiscipline questions in school, considering it as the factor that creates difficulties in an harmonious relation between teachers and students. This implies on bring up the causes for disagreeable relations and of course, involving its contraries, because the harmonious relations at the scholar environment are also the balance. Facing the causes it is possible, at least theoreticaly evidenciates the possibilities solutions for the problems. The iniciative for solving these problems are up to the teachers, administration and technical members of the school, in a comunitary involvement, which reaches the students families, because most of the times the attrites that turns it difficult the relations, has its origin at the social and familiar group and its extensions on society. The fact of having a vision on the practice, which points to the conflictant reality as far as part of the teachers as the students, it makes which bibliographical studies been researched, knowledge that could be added to the daily pedegogical practices, making it possible to correct the ways and take better advantage of this practice to reach the aimed results at the apprenticeship process, that is the main reason of education. Finally, it is analysed the friendship, as reference of bilateral afetivity between teachers and students, as the way to solve not only the conflicts between the parts, but also to provide adequate ambience for realization of the main objective of educational process, which is the subjects acquisition, came along the social development and the consequent formation of the citizen character that must succeed concluding their courses, but specially the one which makes them live togheter harmoniously with their fellows.

Key words: Relation teacher-student. Friendship. Afetivity. Indiscipline. Classroom.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO 1 - A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO AMBIENTE “SALA DE AULA” | 13 |
| 1.1 Bases da Relação Professor-Aluno | 15 |
| 1.2 Os Meios de Comunicação e a Relação Professor-Aluno | 23 |
| 1.3 O Papel da Relação Professor-Aluno no Processo Ensino-Aprendizagem | 27 |
| 1.4 A Participação da Família no Processo Educacional | 35 |
| 1.5 O Tempo Dedicado em Sala de Aula e a Relação Professor-Aluno | 38 |
| 1.6 O Princípio da Ética e o Ambiente Escolar | 41 |
| 1.7 Formação Ambígua: Punição X Ambiente de Aprendizagem | 44 |
| CAPÍTULO 2 - A INDISCIPLINA NA ESCOLA E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO | 48 |
| 2.1 Construção do Trabalho Coletivo em Sala de Aula | 56 |
| 2.2 Formação da Cidadania no Espaço da Sala de Aula | 57 |
| CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO E AMIZADE: POR UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR-ALUNO | 60 |
| 3.1 Amizade: Que Sentimento é Esse? | 60 |
| 3.2 Por uma Ética da Amizade na Educação..... | 71 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 73 |
| REFERÊNCIAS | 76 |

INTRODUÇÃO

O comportamento humano, que determina, entre outras reações, as relações interpessoais e, em especial, a relação de professores e alunos na escola, ainda é um universo que tem provocado importantes discussões na atualidade. Isso se deve à diversidade de reações do ser humano diante dos fatos e da transformação sofrida em diferentes medidas pelos seres humanos, que embora sejam semelhantes, jamais iguais. Transformações estas que ocorrem devido a alterações culturais, sociais, políticas e econômicas.

É inviável comparar o comportamento de um aluno de três décadas atrás com os da atualidade, nas suas relações com os grupos sociais compostos a partir da família e da escola, pois não há parâmetros semelhantes. No que se refere às relações com os professores, há uma diversidade de fatores que implicam em identificar os bons e os maus relacionamentos, permitindo considerar que o professor, como gestor de uma sala de aula, precisa estar preparado para entender e, se possível, conquistar o aluno a partir de seus conhecimentos utilizando-se da psicologia educacional, bem como dos métodos de ensino, do uso de material didático e, especialmente, com sentimentos que envolvam a afetividade e a amizade.

A experiência no cotidiano de sala de aula, na função de professor, mostra que por mais que os professores procurem ser compreensivos e tratem os alunos utilizando-se da psicologia educacional, considerando as diferenças individuais, as relações sociais na escola, em sala de aula ou fora dela, nunca são perfeitamente harmoniosas.

Neste sentido, justifica-se a escolha deste tema pela importância que o mesmo tem na prática pedagógica e, conseqüentemente, no processo educacional. As boas relações entre professores e alunos são determinantes para o estabelecimento da harmonia como equilíbrio na afetividade e nas condições de ensinar e aprender com maior eficiência. Assim, o que se quer conhecer neste estudo são os níveis destes atritos tendo como pano de fundo o Ensino Fundamental, acompanhados de possíveis soluções que devem partir de quem já se encontra preparado para tanto. Neste caso, evidentemente cabe ao professor tomar a iniciativa. Mas é aí que surge a questão: - Como?

A experiência demonstra que o autoritarismo, a imposição, a ameaça com relação a notas e reprovações criam um clima que em nada favorece uma boa convivência entre mestres e discípulos. Diferentes autores abordam a questão procurando focalizar a necessidade de ser o professor um tipo “diplomata”, mas que não se coloque em posição de extrema superioridade, permitindo resolver grande parte dos problemas de indisciplina e de relações conflitantes com os alunos. Mas existem outros meios de amenizar esses tipos de problemas. Entre eles se encontram formas concretas e, portanto, sinceras de afetividade e amizade.

A lógica cotidiana nas relações interpessoais mostra uma evidência comum de que: “ninguém dentro da normalidade mental gosta de decepcionar quem o trata com carinho e como amigo.” E quando isso acontece por uma causa qualquer de uma das partes, a primeira reação é desculpar-se, é pedir perdão e explicar o que e o porquê da ocorrência.

Mas como ser ao mesmo tempo bondoso e conseguir controlar alunos indisciplinados?

Os meios de comunicação utilizados para estabelecer a relação professor-aluno são os mais variados pela procura em respeitar as características individuais. O mais indicado, no entanto, é o diálogo, que precisa ser recíproco. O aluno deve ter voz e vez, mas o professor precisa participar em grau de igualdade.

A questão realmente não é simples na teoria e muito menos na prática. As ciências do comportamento, tanto a sociologia, que estuda as reações coletivas, como a psicologia, que se preocupa com as ações individuais, mostram que toda natureza de relações contínuas, com poucas exceções, é realmente conflituosa. Mas esta situação choca-se com a realidade educacional, onde as pessoas precisam ser orientadas e formadas, principalmente, para o convívio harmonioso com os seus semelhantes.

Para desenvolvermos alguns conceitos como a ética, a cidadania e a democracia, essenciais para a vida em sociedade, acredita-se que as bases estejam fundamentadas na educação. Para tanto, medidas começaram a ser tomadas através da Constituição de 1988, em que foi formulado e promulgado um novo reordenamento jurídico para o país.

De acordo com esta Constituição, estabeleceu-se, entre outros, alguns princípios que tornaram-se parâmetros e norteadores para todas as esferas sociais, políticas e econômicas, como o artigo 1º, que nos diz que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. E como parágrafo único cita ainda que todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O artigo 3º fala sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sendo eles: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais. E, por último, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O artigo 5º, também de nosso interesse, nos posiciona o direito à igualdade, fixando que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade.

No artigo 205 a educação é citada como direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com os artigos da Constituição Federal de 1988 citados acima, é de fácil percepção que já se evidenciava uma preocupação com o percurso da educação brasileira. Todos os artigos que foram citados aparecem de maneira específica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, após nove anos de discussão no âmbito do Poder Legislativo, sob o nº 9394, tendo como objetivos e tratando exclusivamente da educação escolar, com o papel fundamental na formulação e no gerenciamento de uma política educacional em prol da sociedade brasileira. A LDB veio amparada por nove títulos e de 92 artigos, onde se inicia pela conceituação da educação, perpassando pelos princípios e fins da educação nacional. Descreve também sua organização, define seus níveis e modalidades, abordando a seguir a condição dos profissionais da educação, a procedência e os critérios de uso dos recursos financeiros e finaliza estipulando as disposições gerais e transitórias para a aplicação da lei.

Nesse ínterim, mais precisamente em 1990, foi realizado em Jomtien, na Tailândia, uma Conferência Mundial de Educação para Todos, financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, sendo que o documento final foi assinado por 155 países, entre eles o Brasil.

A conclusão do respectivo documento colocou algumas metas a serem atingidas, entre as quais o acesso universal à educação básica até o ano 2000 e a melhoria dos resultados de aprendizagem (UNESCO, 2006).

Para que as medidas acima fossem colocadas em prática, pelo menos em partes, o governo brasileiro elaborou e implantou em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE) postulado como um desdobramento da LDB, tendo como amparo a colaboração da sociedade e representantes da área da educação.

Conforme estabelecia o artigo 214 da Constituição Federal, a LDB e o Plano Nacional de Educação teriam como finalidade cuidar “da articulação e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e da integração das ações do poder público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade de ensino; IV – formação para o trabalho; V – promoção humanística, científica e tecnológica do país”. O dever da União em elaborar o Plano Nacional de Educação é claramente evidenciado no Artigo 87 da LDB, no Título das Disposições Transitórias, devendo se constituir

em um plano decenal, com diretrizes e metas que estivessem de acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

As diversas instâncias de governo no Brasil têm procurado cumprir com o que estabelece a legislação e o Plano Nacional de Educação, contribuindo com sua parte no sentido de garantir o que foi estabelecido na Conferência Internacional supracitada. Para isso, tem divulgado que há uma melhora no investimento em educação, disponibilizando mais recursos financeiros para esta área, investindo em recursos humanos, infraestrutura, transportes de alunos e tecnologia que atenda as exigências do contexto internacional.

Por outro lado, são estabelecidas medidas pedagógicas para atendimento das necessidades educacionais, priorizando trabalhos específicos com grupos de risco, sejam crianças e adolescentes que apresentam problemas de comportamento ou minorias étnicas. Também se encontram como prioridade a educação de adulto e a eliminação de disparidades de gênero entre o ensino primário e secundário, diminuindo assim possíveis fatores causadores de dificuldade de aprendizagem.

Dentre os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, nesta visão, encontra-se em destaque: I - ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência; II - assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade; III - assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida; IV - alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos; V - eliminar, até 2005, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gênero na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa qualidade; VI - melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização lingüística e matemática e na capacitação essencial para a vida. (UNESCO, 2006, p. 24).

É possível verificar que nas últimas décadas o país alcançou progressos significativos que permitiram praticamente atingir a universalização do ensino fundamental obrigatório (93,8% em 2003). No entanto, segundo dados do Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil, entre os desafios que o país enfrenta em busca do desenvolvimento humano, encontram-se a melhoria da qualidade da educação, ou seja, deixa-se de focar a educação em âmbito geral para focalizar as partes – professor e aluno – em sala de aula, concomitantemente, às relações existentes entre estes dois personagens distintos que estão ligados com a interconexão do ensinar e do aprender.

Pouco ou nada resolve a bagagem de conhecimentos em relação ao modo de tratar as pessoas, principalmente quando se refere à proposta de formação de novas gerações, sem colocar em prática o que se conhece na teoria. É preciso que o professor tenha atitude perspicaz para saber dosar o conhecimento teórico com o dia a dia das situações inerentes da sala de aula. Nesse sentido, cabe a esse profissional não só o papel de transmissor de conhecimentos, como também é imprescindível que assuma a função de mediador nas relações interpessoais promovendo um ambiente agradável, prosperando vínculos de amizade e, assim, possibilitando que o processo ensino-aprendizagem ocorra de maneira eficaz, acolhendo e respeitando as diversidades manifestadas por meio do diálogo e da troca de informações. Espera-se que esta pesquisa possa cooperar com o trabalho pedagógico, procurando alcançar resultados embasados no cenário atual da educação brasileira.

Para tanto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos, numa seqüência de aprofundamento que abrange o tema na seguinte ordem:

O primeiro capítulo trata da relação professor-aluno no ambiente “sala de aula”, abordando aspectos como: bases da relação professor-aluno; modelo de comunicação; os meios de comunicação e a relação professor-aluno; como trabalhar as relações professor-aluno na escola; o papel da relação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem; a participação da família no processo educacional; o tempo dedicado em sala de aula: útil ou fútil; e a pergunta que não quer calar: ainda hoje existe punição em sala de aula?

O segundo capítulo traça o perfil de indisciplina na escola e a relação professor-aluno, tendo como ponto de apoio os seguintes referenciais: conceitos de disciplina e indisciplina; a disciplina desejada e possível; causas da indisciplina; causas de indisciplina na escola; causas de indisciplina no professor; causas de indisciplina no aluno; causas de indisciplina na sociedade; alternativas para o enfrentamento da indisciplina em sala de aula; prevenir-se contra a indisciplina; construção do coletivo em sala de aula; construção coletiva das normas; compromissos com o coletivo escolar; trabalhar a afetividade; superar situações de conflito; direitos e deveres; outras práticas; ação da família e ação da escola.

O terceiro capítulo desenvolve o sentido central do tema “educação com amizade: por uma nova relação entre professor-aluno”, tomando como sustentação as seguintes referências: “amizade: que sentimento é esse?” e finalizando com “por uma ética da amizade”; esse último, inspirado no sentimento de que a aproximação entre professor-aluno é fundamentalmente importante, tendo em vista que possibilita ao educando e também ao educador, um relacionamento baseado na aproximação de afetos sem com isso conspirar a impressão de que os sentimentos entre esse dois personagens estejam baseados em princípios de intimidade.

CAPÍTULO 1 - A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO AMBIENTE “SALA DE AULA”

Neste primeiro capítulo, passaremos a analisar a educação de modo próximo, onde faremos uma breve reflexão sobre a sala de aula dos dias atuais, ou seja, o cenário do ambiente escolar terá como pano de fundo a sala de aula do século XXI (2000 – 2008), posto que o brilhantismo desta fantástica história terá como personagens principais o professor e o aluno, uma vez que o mesmo enredo que por algumas vezes emociona e encanta, por outras tantas vezes choca e fragiliza a relação destes artistas. Procuraremos trazer à tona os problemas vivenciados em sala de aula, assim como investigar as bases da relação professor-aluno, observar o envolvimento dos meios de comunicação com a educação, perceber se a família está realmente preocupada em participar do processo educativo dos seus filhos, calcular o tempo dedicado em sala de aula, assim como o princípio da ética e a questão que não quer calar: ainda hoje existe punição em sala de aula?

Todas as questões levantadas acima ao longo deste trabalho farão com que sejamos pessoas críticas para verificarmos se já temos implantado em nosso país um modelo ‘ideal’ de educação da qual a nossa população necessita.

Se aprofundarmos nossos estudos nos relacionamentos entre professor-aluno, diagnosticaremos que a figura autoritária do professor esteve presente marcando a vida de muitos alunos. Em determinados períodos, como no caso do período militar, havia no comportamento autoritário do governo um exemplo levado para as salas de aula por uma parcela significativa dos professores, reproduzindo aquele modo de agir.

Como é bom lembrar o passado. Ainda melhor quando encontramos os amigos do tempo em que ir para a escola era quase sempre motivo de expectativa. Quase sempre porque chegavam os dias de provas e conseqüentemente a entrega de boletins, que para muitos nem sempre atingia a expectativa dos pais.

No entanto, existiam motivos mais plausíveis que nos impulsionava a levantarmos cedo, alguns alunos com certeza tinham que fazer longo percurso a pé, algumas vezes embaixo de chuva para chegar ao ambiente escolar onde estivemos como alunos pelo menos quatro horas por dia, cinco dias por semana, nove meses por ano, durante muitos e muitos anos.

Tivemos a oportunidade de conhecer a história de vida de muitas pessoas, tanto de professores quanto de alunos. Pudemos também participar das apresentações que aconteciam no salão ou no pátio da escola nas inúmeras datas comemorativas que acontecem durante o ano, onde o friozinho na barriga era

superado no momento em que tentávamos dar o melhor que se podia para que saísse uma bela apresentação. Ao final vinha a recompensa: um abraço caloroso da professora por quem tínhamos grande admiração.

A sala de aula é, entretanto, um lugar pouco provável de se esquecer, talvez por ser um elemento insubstituível e, assim, ser o centro da história de todo aluno e de todo professor.

No entanto, a sala de aula que conhecemos hoje, em pleno século XXI, não tem nada a ver com aquela do século XVIII, como provavelmente não terá com a sala de aula dos próximos séculos.

É notório observarmos através de documentos que a sala de aula sofreu algumas modificações na estrutura material (arquitetura, mobiliário, instrumentos didático-pedagógicos) e inúmeras modificações na estrutura entre a relação do sujeito ensinante (professor) e sujeito aprendente (aluno).

O que se pode sentir diante desta análise é que a sociedade das últimas décadas a cada momento enfrenta um nível mais profundo de crise que abrange os diversos setores: econômica, social, político e educacional. Esta situação gera grandes inquietações e inseguranças no que diz respeito à interação professor - aluno na sala de aula.

O cenário educacional que encontramos atualmente vem sendo idealizado desde a segunda metade da década de oitenta, propondo rupturas com a escola do passado. Porém, o modelo educacional que vivenciamos hoje, já não condiz com as transformações sociais e culturais impostas pela sociedade contemporânea. A concepção de sociedade, de família e de mundo mudou profundamente suas características, entretanto, o perfil das escolas brasileiras pouca coisa mudou.

A esse respeito, Carvalho (2006, p. 57-58) diz:

[...] tentemos imaginar como, geralmente, é o cotidiano de uma sala de aula: os alunos sentam-se enfileirados, vestidos uniformemente, obrigados a se comportarem também uniformemente – com uma postura ereta, silenciosos e atentos aos ensinamentos –, proporcionando condições para observarem os conhecimentos de uma outra pessoa, que se julga detentora do conhecimento –, ao menos da área previamente proposta pela instituição. Tais alunos, geralmente tratados como iguais são colocados numa condição de aprendizagem dos mesmos conteúdos, na mesma velocidade e da mesma forma. Muitas vezes não se respeita seus conhecimentos prévios, suas diferenças em termos de capacidade, muito menos suas opiniões sobre o que se está aprendendo. O aluno tem apenas o dever de aprender em um tempo determinado, de uma forma pré-estabelecida e configurada de acordo com o que se cobra na sociedade. Vê-se, nesse âmbito, um processo de homogeneização, vítima de uma racionalização produzida a partir de modelos, os quais se tornam almeçados, porém, raramente alcançados.

É colocado em prática nos dias atuais basicamente o mesmo estilo de comportamento em sala de aula imposto no final do século XVIII, sem levar em consideração todo o conhecimento que o aluno adquire antes mesmo de entrar para o universo escolar.

O tempo passou e infelizmente o cenário 'sala de aula' permanece intacto. A sensação que nos dá é que o sistema educacional brasileiro nunca foi prioridade para os nossos governantes e tão pouco para a grande massa da população, que estaria usufruindo de sua cidadania à medida que reivindicasse a modernidade também nas questões educacionais.

Muitas vezes, temos nos debatido entre dois focos da prática educativa: o cognitivo e o afetivo. Tradicionalmente, na educação moderna (séc. XVI ao XX), temos privilegiado a formação lógica da mente, através dos conteúdos científicos, na crença iluminista de que "conhecer é poder". E aqui o termo "conhecer" refere-se ao conhecimento cognitivo considerado "certo". Foi com esse olhar que realizamos a educação predominante nas escolas dentro do período considerado da modernidade. (LUCKESI, 2005, p. 34).

Sabe-se que a sala de aula não é formada apenas por professor e alunos, mas também pelo mobiliário, material didático e até pela própria arquitetura. Além de todo esse aparato, a sala de aula conta também com a estrutura da verbalização entre as pessoas. Assim, conseguimos definir a sala de aula tal qual a conhecemos, com toda uma disposição básica para poder ensinar e que muitas vezes passam despercebidas.

1.1 Bases da Relação Professor-Aluno

Em relação à interação professor-aluno, no contexto da prática pedagógica, é importante levantarmos questionamentos que possibilitarão resgatar o valor desta relação em função da produção do conhecimento em termos qualitativos.

1º - Até que ponto o professor, valendo-se de uma comunicação unilateral, vai contribuir para o crescimento intelectual social e político do aluno?

2º - Que papel a comunicação interativa está desempenhando frente aos problemas educacionais enfrentados pelo professor e pelos alunos no momento atual?

3º - Que valor a comunicação interativa possui para a caminhada do professor e do aluno em relação à produção do conhecimento?

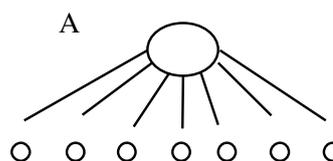
Para pensarmos sobre estes questionamentos, é necessário analisarmos alguns pressupostos que caracterizam a prática pedagógica do professor.

Quando se fala em prática pedagógica, partimos de uma preocupação sobre a necessidade do professor estabelecer relações que favoreçam a inter-relação professor-aluno em sala de aula, no sentido de que estas relações possam funcionar como instrumentos para a efetivação de tal prática que não seja repetitiva, mas sim reflexiva.

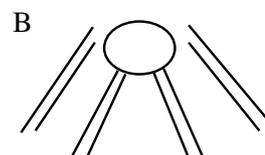
Neste sentido, a aprendizagem dos alunos tem um caráter contemplativo, pois esse é o comportamento deles frente aos conhecimentos que lhes são transmitidos. No entanto, a relação professor/aluno é carregada de conteúdo. Trata-se de um conteúdo oculto que desenvolve a aprendizagem da submissão, da dependência, do respeito às normas e da obediência. Esta relação é vertical, autoritária. O professor transmite o conteúdo como verdade absoluta, tendo o aluno um papel passivo, repetitivo, afastando o seu próprio interesse.

Em termos de comunicação, é claramente perceptível, segundo Juan Diaz Bordenave (1987, p. 61), que ela ocorre dentro de dois padrões:

Comunicação unilateral
do professor para os alunos



Comunicação bilateral
do professor com os alunos



O padrão A representa a educação tradicional, vertical ou bancária.

O padrão B representa um começo de diálogo onde o desnível entre o professor e o aluno é diminuído, mas não eliminado.

Na situação denominada A, a prática pedagógica não transcende o espaço de sala de aula, constituindo-se numa situação de ensino-aprendizagem desvinculada do contexto sócio-político-educacional. Caracteriza-se esta prática por uma dissociação entre professor e aluno, entre teoria e prática, entre o real e o ideal, e entre o concreto e o abstrato.

Ainda de acordo com esta perspectiva, todo o processo ensino-aprendizagem se consubstancia numa prática pedagógica em que a comunicação tem somente a função de informar.

O professor não se reconhece na atividade pedagógica, pois se coloca à margem da atividade que executa, estabelecendo relações apenas entre as operações que realiza e não as pessoas envolvidas.

Em conseqüência, tendo ouvido depoimentos de professores sobre uma prática repetitiva, os autores assim se expressam como demonstra Bordenave (1987, p.73): “Os professores na sua maioria não têm liberdade para falar sobre assuntos sugeridos ou postos pelos alunos, porque eles têm muito conteúdo e pouco tempo para aplicar. Então, devido a isso, a relação professor-aluno fica prejudicada, ou seja, o professor fala e o aluno escuta.”

Justificando os depoimentos dos professores, observa-se que a comunicação, nesta prática, é a comunicação unilateral na transmissão dos conhecimentos, cuja técnica utilizada pelo professor é apenas a aula expositiva.

Convém esclarecer, no entanto, que a aula expositiva pode ser vista dentro de dois pólos. O primeiro pólo, que é a exposição sem a participação do aluno; e o segundo pólo, que é a exposição participada, na qual a interação professor/aluno acontece através da pergunta, do diálogo, da troca de informações, etc.

Pode-se concluir, no que se refere ao primeiro pólo, que não existe nem diálogo e nem participação na ação pedagógica. As aulas giram em torno de informações, conclusões extraídas dos livros didáticos. Enfim, não questiona os seus fins pedagógicos e sociais.

Segundo as palavras de Maria Izabel da Cunha (1990, p. 112), em relação a interação professor/aluno, assim se refere:

Ser professor e ser aluno extrapola a relação do ensinar e aprender os conteúdos de ensino, mas envolve uma absorção de aprendizagens valorativas muito intensas. O importante é que haja consciência deste processo, para que os protagonistas do processo pedagógico não sejam manipulados por ideias que nem sempre gostariam de servir. O professor e o aluno não podem ser engolidos pelo ritual escolar. Precisam ser sujeitos conscientes definidores deste ritual .

Desta forma, toda a ação pedagógica tem conseqüências individuais e sociais na condução do processo ensino-aprendizagem. Isto implica, como já referimos, a um tipo de educação que valoriza o conteúdo de ensino, somente conseqüências individuais e, por conseguinte, a comunicação entre o professor e o aluno se dá numa única direção.

No momento em que falamos em comunicação, não podemos separá-la do processo ensino-aprendizagem, pois, segundo Bordenave (1987), a comunicação, junto com outros fatores, proporciona a aquisição do conhecimento pelo aluno. Junto com a comunicação, podemos destacar três fatores que interferem na relação professor-aluno em sala de aula:

“1º - A natureza das situações de ensino-aprendizagem mais utilizadas.

2º - O caráter dos incentivos utilizados para a motivação do aluno.

3º - Os mecanismos de retroalimentação ou informação sobre os avanços da aprendizagem”
(BORDENAVE, 1987, p. 117, grifo do autor).

Em relação ao primeiro fator, o processo ensino-aprendizagem efetiva-se através de uma comunicação mais comum, que é a aula expositiva. Nesta aula, o professor pode recorrer ao uso de recursos audiovisuais, que ajudarão a sua comunicação e, ainda, poderá sugerir atividades individuais, como leitura, exercícios, resoluções de problemas.

A comunicação, neste enfoque, atinge o aluno através do professor e dos meios auxiliares de ensino, podendo, até, recorrer a tecnologia educacional, numa perspectiva mais sofisticada.

No que se refere ao segundo fator, o professor utiliza uma comunicação valendo-se quase que exclusivamente do resultado das provas, pois, nesta situação, a nota é que serve como incentivo ao aluno para verificar a assimilação dos conteúdos recebidos.

Nesta perspectiva, a nota é vista como um dos únicos elementos que aproximam professor e aluno. No entanto, não podemos trabalhar com a visão de que a avaliação é um momento isolado do processo ensino-aprendizagem e responsável pelo sucesso deste. Ao analisarmos a dinâmica deste processo, destacamos a avaliação como um dos elementos que mais dificultam a interação professor/aluno, devido ao seu caráter classificatório, elevando o status de autoridade do professor.

O terceiro enfoque, retroalimentação da aprendizagem, é falho, pois a atitude passiva do aluno e o autoritarismo do professor não favorecem uma comunicação esclarecedora. Em consequência desta situação, os alunos tornam-se apáticos, afastam-se do professor, procuram os próprios colegas para buscar esclarecimentos, levando com eles uma dose muito forte de dúvidas e incertezas em relação aos conteúdos trabalhados durante o processo de ensinar e aprender.

Mediante estas situações, o processo ensino-aprendizagem realiza-se dentro de um enfoque individualista. O aluno acomoda-se numa situação passiva e crítica com relação aos conteúdos, pois a comunicação em sala não abre espaço para o aluno tornar-se também sujeito do processo educativo, uma vez que ele vive sempre numa situação de representação de qualquer questionamento. Vemos, assim, que os alunos envolvidos nesta situação aceitam somente o que o professor transmite. Aceitam o seu discurso seguindo, acima de tudo, o jogo das regras institucionais.

Na sociedade em que vivemos, se o discurso do professor é o discurso autorizado, o aluno deve aceitá-lo. É o cenário reservado para o palco de ação pedagógica, é o direito concedido ao professor de ter a palavra, implicando o controle da mesma em relação aos alunos.

Pontos críticos foram abordados neste primeiro momento em relação a interação professor-aluno em sala de aula. Ideias surgiram e foram sistematizadas; e para que possamos avançar na direção a outro enfoque no que diz respeito a esta interação, faz-se necessário refletir sobre os seguintes questionamentos:

1º - A comunicação unilateral possibilita a interação professor-aluno em sala de aula?

2º - O que está faltando, na prática do professor, para que a comunicação realmente se efetive e a aprendizagem se torne mais produtiva e significativa?

3º - O que os professores e alunos podem fazer para inverter esta situação?

Estas reflexões oportunizarão aos professores uma análise de sua ação pedagógica no sentido de situá-la dentro ou fora deste enfoque, buscando, se necessário, alternativas para inverter a sua prática, a partir do momento que se apropriar das novas ideias que serão abordadas a seguir.

Dentro de outra perspectiva, tentaremos abordar a interação professor-aluno e sua comunicação interativa em sala de aula, orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos inseridos no contexto da prática social. Esta interação não é mais vista no bojo do individual, mas sim em uma dimensão da prática social que pressupõe a relação da teoria com a prática e, em consequência, enfocaremos uma interação na qual o coletivo, o diálogo e a participação serão uma constante.

A reflexão que está contida nesse tema leva-nos a afirmar que a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes sociais que a rodeiam. Assim, teoria e prática, professor-aluno, conteúdo e forma não existem isolados, mas encontram-se numa relação mútua.

Nesta visão, a comunicação tem um novo sentido. Nele, a interação irá ocorrer em sala de aula, não como um simples encontro entre professor e aluno, mas em uma relação pedagógica em que se estabeleça um contato interpessoal, apoiado em propostas educacionais que irão despertar os interesses e as expectativas dos elementos envolvidos nesse processo. Assim, a comunicação irá se efetivar dentro de uma prática pedagógica reflexiva, tendo um caráter criador, que define e orienta a relação professor-aluno num sentido multidimensional, sendo que as relações se efetivarão a partir de comportamentos que os levarão a buscar, a questionar, a trocar ideias, a criar e produzir uma mudança, onde surgirá uma nova realidade. Esta realidade será criativa enquanto: “for capaz de produzir um novo homem, uma nova sociedade, uma nova escola, com uma nova visão de mundo que incorporada ao educando, o impulsiona a ser um cidadão.” (BORDENAVE, 1987, p. 123).

Essa comunicação traz um grande desafio a professores e alunos acostumados a uma prática tradicional, pois nesta situação os alunos não ficarão mais como meros espectadores, passivos à espera do professor lhes transmitir os conteúdos prontos e acabados, mas ambos serão convidados a participar, problematizar, discutir e debater num clima de troca, sendo a prática pedagógica questionadora, pois segundo Bordenave (1987) a “comunicação se dá dentro de um padrão de multilateralidade”. Nessa situação, o diálogo e a participação serão considerados elementos essenciais na construção do processo de ensinar e aprender.

O processo ensino-aprendizagem, nesta concepção, deverá ser comprometido com o aluno e a realidade social, pois a interação transcende o espaço de sala de aula, constituindo-se também numa

prática social. Por isso, é fundamental, ao professor, reconhecer o seu compromisso com o educando no sentido de não se restringir o seu trabalho docente apenas aos conteúdos técnicos escolares, mas estendê-los aos conteúdos sócio-políticos. Isto implica uma revisão de prática pedagógica, pois, para tornarem-se participantes desse processo, professor e aluno devem compreender sua realidade e suas experiências, organizando reflexivamente o seu pensamento e agindo de maneira diferente.

No processo da fala e da escuta a disciplina do silêncio a ser assumido com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é um *"sine quae"* da comunicação dialógica. O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua própria palavra, que é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la. Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo. É preciso, porém, que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer [...] É preciso que quem tenha o que dizer saiba que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado. (FREIRE, 1999, p. 131).

O autor mostra que o aluno deixará de ser considerado um simples objeto e passará a ser sujeito da sua história; e o professor não será mais considerado o centro deste processo, mas aquele que propõe atividades criadoras que contribuirão para a formação do aluno. Nesta perspectiva, a comunicação efetivar-se-á dentro de uma consciência crítica entre professores e alunos. Segundo Paulo Freire, só se chegará a esta consciência crítica através do diálogo crítico, da fala e da consciência.

Ressaltam-se, então, dentro de uma comunicação participativa, fatores que interferem na relação professor-aluno na sala de aula no sentido da busca de opções pedagógicas para a conquista da produção de um saber participativo. Estes fatores já foram enfocados anteriormente quando abordamos a comunicação numa prática repetitiva. Neste momento, vamos enfocá-lo dentro de uma prática reflexiva, quais sejam:

“1º- A natureza das situações de ensino aprendizagem mais utilizadas;

2º- O caráter dos incentivos utilizados para a motivação do aluno;

3º- Os mecanismos de retroalimentação sobre os avanços da aprendizagem.” (FREIRE, 1983, p. 67, grifo do autor)

Em relação ao primeiro fator, o processo ensino-aprendizagem efetivar-se-á em situação de grupo, no coletivo, onde o diálogo partirá dos problemas concretos relativos às experiências do professor e do aluno e o grupo fará a análise, a teorização e a busca de soluções alternativas.

No que se refere ao segundo fator, os incentivos para a motivação da aprendizagem partem do próprio grupo, buscando solidariamente a solução para os problemas em foco. O valor deste trabalho

está no fato de o aluno sentir-se responsável pela construção do conhecimento dentro de uma perspectiva social.

No terceiro enfoque, a realimentação dá-se num processo contínuo global, no qual esta é feita pelo aluno e pelo grupo, com o auxílio do professor, de forma dinâmica na busca de subsídios que lhes possibilite encontrar novos conhecimentos através de outros meios como: revistas, jornais, livros, entrevistas, rádio, TV, vídeos e outros que os auxiliarão a sanar suas dificuldades em relação aos conteúdos que estão sendo trabalhados em sala de aula. Podemos observar que, no outro enfoque, estes fatores eram trabalhados somente pelo professor e, neste enfoque que acabamos de abordar, por ambos, professores e alunos. Assim, a comunicação, dentro de uma prática reflexiva, não se dará através da transmissão de conhecimentos, mas por meio do diálogo e da participação.

O que é diálogo?

Como acontece em sala de aula?

O diálogo é uma relação horizontal entre professor e aluno?

Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Por isso, somente o diálogo comunica e produz uma relação de empatia entre ambos. Só ali há comunicação. O diálogo é, portanto o caminho indispensável não só nas questões vitais para a nossa ordem política, mas em todos os sentidos da nossa existência. (SILVA, 1989, p. 194).

Na sala de aula, o diálogo cria um espaço para a interação professor-aluno. Para que ele ocorra, é necessário a focalização dos conteúdos, a fim de que o aluno tenha consciência deles e esteja em condições de debater e de aprofundar estes conteúdos.

Este é o ponto culminante de uma metodologia de ensino dialógica, problematizante. Isto só irá acontecer através de um tema comum, pertencente à consciência de ambos. O aluno, de acordo com esta visão, já é portador de um mundo de experiências que não pode ser ignorado pelo professor, as quais deverão servir como ponto de partida para a mediação entre o conhecimento universal científico e o cotidiano do aluno, abrindo caminhos para novas experiências e para novos conhecimentos.

Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. Viver a abertura respeitosa aos outros e, de vez em quando, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica, a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. (FREIRE, 1999, p. 153).

O autor mostra ainda que a estratégia a ser utilizada pelo professor e pelo aluno para que o diálogo aconteça em sala de aula é a busca, quando necessário, de temas diversificados onde a conquista destas informações acontecerá através da orientação do professor, seguindo leituras, observações, pesquisas, possibilitando o confronto destes conhecimentos com o dos colegas e do professor, no sentido de atingir a troca e construção de novos conhecimentos. Este confronto acontecerá em sala de aula. Assim, professor e aluno poderão constatar a adequação ou inadequação desses conhecimentos no sentido da possibilidade de aplicá-los no seu contexto existencial.

Nessa linha de considerações, a sala de aula:

[...] só assumirá sua verdadeira função pedagógica quando se transformar num palco de debates sobre os conteúdos em foco e não apenas narrações repetitivas. O professor está em aula para alimentar e orientar os debates, ajudando o aluno a tomar consciência dos fatos e a esclarecer-lhe os pontos confusos desse processo. (MARTINS, 1993, p. 194).

Em síntese, a aula é um momento de diálogo, no qual o aluno dispõe-se a participar, a vencer os seus medos, discordar dos pontos de vista do professor; é um tempo destinado à correlação de fatos, dando-lhes ordem e forma lógica, atribuindo-lhes significado. Isto só é possível através de uma metodologia dialógica que se concretizará no confronto das ideias entre professor e aluno num contexto sócio-político-educacional.

Dentro deste paradigma, salienta-se a necessidade do professor e do aluno estarem alertas para a importância que os meios de comunicação de massa têm no processo educativo, tendo em vista a repercussão das mensagens divulgadas e exploradas por estes meios de comunicação, considerando que os alunos são receptores assíduos destes meios, principalmente o cinema, a TV, rádio, jornais que fazem parte do seu cotidiano, representando uma parte importante de sua vida.

Em relação a isto, por que não aproveitar estes meios de comunicação no processo ensino-aprendizagem, considerando que um dos propósitos da educação é proporcionar aos alunos a compreensão de sua realidade?

Para que o uso desses meios seja significativo e interfira na qualidade do processo de ensinar e aprender, tanto o professor quanto o aluno deverão ter cuidados para que não deturpem o verdadeiro significado da aprendizagem. A escolha destes meios depende da natureza do conteúdo que é trabalhado pelo professor e do nível de interesse e de necessidades em que os alunos se encontram, proporcionando-lhes conhecimentos mais amplos e críticos.

Portanto, cabe ao professor ter competência técnica e intelectual para explorar estas mensagens fazendo a mediação entre conteúdo técnico e o conteúdo sócio-político extraído dos meios de

comunicação de massa, levando o aluno a compreender e organizar as suas experiências de vida, mediadas entre o intelectual e o social, dando-lhes condições de:

[...] desenvolver a capacidade de criticar a realidade em que vive... sendo o papel do professor desenvolver o espírito crítico de seus alunos, fazendo-o analisar como sujeito da própria proposta educativa, aperfeiçoando-o para atuar no sentido de reflexão constante: o que é melhor para mim no contexto em que vivo? (LUCKESI, 1991, p. 54).

Essa resposta só poderá ser obtida pelo aluno, se o professor trabalhar junto com as propostas educacionais, as mensagens que são extraídas dos meios de comunicação de massa.

Para tanto, alunos e professores deverão aprender as novas linguagens dos meios de comunicação de massa, considerando a rapidez com que os mesmos estão penetrando no processo educacional.

Estas linguagens, resultado da assimilação do som e da imagem à fala e à escrita, exigem do professor e do aluno habilidades específicas para a compreensão e análise das mensagens veiculadas por estes meios.

Daí, a necessidade do professor mudar a sua ação pedagógica, de uma ação passiva para uma ação dinâmica, envolvendo a competência técnica, que se refere à capacidade de atuar com conhecimento de causa e produzir de forma a atender as necessidades e exigências da sociedade em determinado espaço de tempo. Por sua vez, a competência política refere-se à capacidade criativa de resolver problemas fundamentados no diálogo e na diplomacia. Tanto a competência técnica como a política devem ser atributos primordiais do professor para que ele possa desvelar as causas que impedem que a prática pedagógica passe da alienação a uma prática comprometida com o social.

1.2 Os Meios de Comunicação e a Relação Professor-Aluno

O século XX foi identificado como o século da comunicação, no qual o homem foi envolvido de todos os lados pelos meios de comunicação, fato que ainda permanece neste início de século XXI e, no momento atual, fala-se vultuosamente sobre “comunicação”, “informação” e “linguagem”.

Os meios de comunicação fizeram com que as pessoas tivessem dimensões significativas de mundo, refletissem o contexto geral da história contemporânea, transformando, em consequência, o modo de pensar, de sentir e de viver do homem. Por isso, os meios de comunicação democratizam a cultura.

Democratizando a cultura, os meios de comunicação fazem parte da educação, sendo que, neste momento, envolvem os homens na busca de informações e estas informações chegam até eles através dos meios de comunicação, tornando-os participativos e comprometidos com a transformação social.

A comunicação faz parte da prática pedagógica. Nela tem-se observado a predominância desta comunicação, dentro de dois paradigmas básicos. O primeiro, funcionalista, no qual a comunicação está apoiada nos métodos quantitativos de conteúdo, de audiência e de efeito. O segundo, o marxista, introduz formas de comunicação mais qualitativas, marcadas pela busca de princípios significativos relativos à cultura e à comunicação popular que é vista dentro de um processo de movimento, de totalidade, envolvendo sua historicidade. Transferindo estes dois paradigmas da comunicação para a sala de aula, podemos observar que o primeiro está vinculado a uma prática mecanicista, na qual os meios de comunicação são utilizados como fim e não como meios auxiliares do processo ensino-aprendizagem.

Os meios de comunicação, nesta prática, são utilizados pelo professor para reforçar a transmissão de conhecimentos, atribuindo-lhes uma função meramente informativa, inseridos num contexto diretivo e vertical, adequado ao sistema de ensino tradicional, deixando de lado funções importantes, como função criativa, motivadora, avaliativa, investigadora e lúdica que são perfeitamente aproveitados no processo educacional.

Assim, este tipo de comunicação faz com que professores e alunos tornem-se alienados, rompendo os vínculos do processo ensino-aprendizagem com o contexto sócio-político-educacional. Isso fomenta uma queda de coesão social, originando sentimentos de insatisfação tanto do professor quanto do aluno.

O segundo paradigma está vinculado a uma prática pedagógica transformadora, na qual os meios de comunicação são considerados como meio e não um fim em si.

Começa-se a criar um vínculo entre os meios de comunicação e o contexto sócio-político-educacional, onde a influência desses meios irá contribuir para desvelar as mensagens ocultas, alienantes do processo de ensinar e de aprender.

Os meios de comunicação, neste enfoque, servem, ao professor e ao aluno, como instrumentos didáticos para a compreensão das linguagens contidas no conteúdo didático que dão sentido à prática pedagógica que visam à compreensão, à elaboração e à criação de novos conhecimentos que possibilitarão a integração do homem e sua realidade social.

Da mesma maneira que os meios de comunicação de massa interferem no processo ensino-aprendizagem de uma forma acelerada – onde estes podem se tornar instrumentos significativos, interferindo no comportamento do professor e do aluno e na produção do conhecimento –, não podemos deixar de valorizar a importância dos recursos auxiliares de ensino utilizados pelo professor e pelos alunos, na organização, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Estes materiais, também chamados de equipamentos, recursos, têm relação indireta com o processo de ensinar e de aprender, no qual cada disciplina exige seu material específico, que há poucos anos era representado por: quadro de giz; projetor de slides, tocafitas; gravador, retroprojetor, ilustrações,

gravuras, mapas, globo, cartazes, livros, enciclopédias, dicionários, revistas, álbum seriado, recursos naturais, recursos de localidade, e que em poucos anos se transformaram para a área da eletrônica, que só não se encontra melhor equipadas as nossas escolas públicas, porque os governantes têm dificuldades em definir prioridades, pois estes novos recursos servem de apoio para a comunicação interativa do professor em sala de aula, independente da visão de mundo, sociedade e educação, assumidos pelo professor e pelo aluno. Assim, estes recursos servem de auxiliares de ensino, tanto numa prática repetitiva como numa prática reflexiva, ou seja, da reprodução à transformação.

Esses recursos explorados pelo professor devem ser considerados como meios auxiliares de ensino, a partir do momento em que ajudarem o professor a explorar os conteúdos de ensino, tendo-os como elementos de apoio para a compreensão da aprendizagem pelo aluno e nunca como elemento principal na comunicação, dos conteúdos, pelo professor. Por isso, os professores precisam dominar com segurança estes recursos, conhecendo-os e aprendendo a utilizá-los, para que os mesmos não alterem o significado do trabalho docente.

Atualmente, é impossível conduzir o processo educacional apenas com técnicas automatizadas. É necessário atualizarmos este processo, mas também estarmos preparados para passar de uma comunicação meramente instrumental para uma que tenha flexibilidade e criatividade, capaz de desafiar os educadores e os educandos para o uso de tecnologias revolucionárias que vão alterar o significado do processo educacional no âmbito escolar.

Neste sentido, mais do que dominar uma tecnologia, um conteúdo, um recurso, professor e aluno deverão estar preparados para explorar e produzir novos conhecimentos, valendo-se de tecnologias alternativas que irão ajudá-los na conscientização e na desvelação do mundo em que vivemos, tomando-os, assim, cidadãos que poderão interferir no sistema político, social e econômico com segurança, competência e responsabilidade. Isto exigirá uma escola de qualidade, que possibilite uma formação sólida, necessária à realidade tecnológica e que permita aos homens ascender e transitar livremente na sociedade onde estão inseridos. Para isso, é necessário desenvolver capacidades que ampliem a participação do professor e do aluno no processo de construção de conhecimentos, sendo que esta participação só será possível através de uma ação cooperativa dos processos educativos, para acompanhar os desafios tecnológicos, a partir de um conhecimento real e crítico, possibilitando ao homem integrar no mundo da produção dos serviços e das próprias relações sociais. Para que isto se concretize:

A educação deve ser considerada um processo de toda a vida, ultrapassando o âmbito das estruturas escolares, abraçando todos os fatores e todos os elementos que possam recorrer para toda a ação formativa e informativa do indivíduo. Sendo que a escola não detém mais o monopólio do conhecimento, pois, a educação hoje processa-se em lugares e meios de comunicação e informação diversificados, visando interagir com múltiplos meios de influência e linguagens diversificadas do mundo tecnológico. (NOSELLA 1983, p. 127).

Em consequência destas colocações, o sistema de ensino deverá ser repensado dentro de um novo modelo, ressaltando o seu compromisso com a socialização do conhecimento e a formação para uma cidadania consciente, ativa e crítica, na qual os meios auxiliares de ensino e as tecnologias devem ser assumidos pelos professores porque, se não assumidos, nenhuma inovação educativa irá acontecer, como se tornou cada vez mais a exigência da dinâmica criada pela própria educação. “Os professores são os principais agentes de inovação educacional. Sem eles nenhuma mudança persiste, nenhuma transformação é possível” (MELLO, 1982, p. 119).

Como agente de transformação, os professores devem estar atualizados inclusive nos aspectos psicopedagógicos, trazendo para o contexto da sala de aula uma metodologia que possa estar auxiliando na aprendizagem dos seus alunos e ao mesmo tempo inibindo o fracasso escolar.

Como profissionais críticos e atuantes na área de ensino, os professores observam que, atualmente, impera um total descaso pelo ato de lecionar e aprender. Já não há mais o respeito mútuo entre discentes e docentes, a indisciplina em sala de aula é uma constante, as dificuldades que os estudantes encontram em usar a linguagem escrita como elemento de reforço ou registro da fala são uma triste realidade e os atos de violência escolar já fazem parte do nosso dia-a-dia.

Considerando tal abordagem, toma-se por base de nossas observações a relação professor-aluno, como uma revisão crítica de desempenho e atitude social, aliada à metodologia adotada pelo docente se não o maior, um dos principais fatores que rege a motivação pelo aprender por parte do discente em formação.

O ser humano é social por natureza. Vivemos em sociedade, fazemos parte e formamos grupos com pessoas das mais diversificadas crenças, origens e personalidades. Graças a esse convívio no decorrer de nossas vidas, experimentamos situações que nos constroem ou enaltecem, sofremos desilusões, aprendemos com nossos erros e acertos e, através de comparações, conseguimos construir a nossa personalidade e interagir com o universo.

Professores, comprometidos com a produção do conhecimento em sala de aula, desenvolvem com seus alunos um vínculo muito estreito de amizade e respeito mútuo pelo saber, elo fundamental. Profissionais que não medem esforços para levar os seus alunos à ação, à reflexão crítica, à curiosidade, ao questionamento e à descoberta são essenciais. Professores, ou melhor, educadores que, ao respeitar no aluno o desenvolvimento que este adquiriu através de suas experiências de vida (conhecimentos já assimilados), idade e desenvolvimento mental, são imprescindíveis.

A relação estabelecida entre professores e alunos constitui o cerne do processo pedagógico. É impossível desvincular a realidade escolar da realidade de mundo vivenciada pelos discentes, uma vez que

essa relação é uma “rua de mão dupla”, pois ambos (professores e alunos) podem ensinar e aprender através de suas experiências.

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca.. (FREIRE, 1996, p. 73).

Como o ensino não pode e não deve ser algo estático e unidirecional, devemos nos lembrar de que a sala de aula não é apenas um lugar para transmitir conteúdos teóricos; é também, local de aprendizado de valores e comportamentos, de aquisição de uma mentalidade científica lógica e participativa, que poderá possibilitar ao indivíduo, bem orientado, interpretar e transformar a sociedade e a natureza em benefício do bem-estar coletivo e pessoal.

Para por em prática o diálogo, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber; deve, antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o analfabeto não é um homem “perdido”, fora da realidade, mas alguém que tem toda a experiência de vida e por isso também é portador de um saber. (GADOTTI, 1999, p. 2).

O autor mostra que é preciso utilizar-se de estratégias lógicas, fundamentadas no saber acadêmico, sem com isso perder o que aprendeu na experiência do senso comum. É possível trabalhar com relações de qualidade em sala de aula, envolvendo os alunos com perspicácia, com visão de origem do comportamento individual e, portanto, com a compreensão.

1.3 O Papel da Relação Professor-Aluno no Processo Ensino-Aprendizagem

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor-aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.

Neste sentido, a interação estabelecida caracteriza-se pela seleção de conteúdos, organização, sistematização didática para facilitar o aprendizado dos alunos e exposição onde o professor demonstrará seus conteúdos.

O diálogo como forma de comunicação em nível comum, ou seja, igual, deve prevalecer entre aqueles que são os responsáveis para o encaminhamento do processo educacional. Não há como esperar que o

aluno tome essa iniciativa. Cabe ao professor saber o momento certo, as condições e o nível do diálogo com um ou com todos os alunos da classe.

O educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida. (GADOTTI, 1999, p. 2).

Desta maneira, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois não é uma tarefa que cumprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser melhor cultivado, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenvolver das atividades.

O professor não deve preocupar-se somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também pelo processo de construção da cidadania do aluno. Apesar de tal, para que isto ocorra, é necessário a conscientização do professor de que seu papel é de facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los a autorrealização.

De modo concreto, não podemos pensar que a construção do conhecimento é entendida como individual. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente. O papel do professor consiste em agir como intermediário entre os conteúdos da aprendizagem e a atividade construtiva para assimilação.

O trabalho do professor em sala de aula e seu relacionamento com os alunos são expressos através da relação que ele tem com a sociedade e com cultura. MASETTO (1996, p. 115), afirma que “é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade”.

O aluno, que possui um ambiente social e cultural aberto em casa, nem sempre tem facilidade para entender os padrões de uma sociedade e os modos empregados para a sua formação tanto no que refere aos conhecimentos necessários para a sua promoção na escola, quanto em relação às necessidades de sua maneira de se comportar para conviver no meio em que se encontra. Trazer o aluno para a realidade social é, também, função do educador e da instituição educacional em conjunto com os membros da família:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*.

Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE, 1996, p. 96).

Apesar da importância da existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre professores e alunos para que possa desenvolver todas as nuances do processo de aprendizagem (leitura, escrita, reflexão e pesquisa autônoma),

Os educadores não podem permitir que tais sentimentos interfiram no cumprimento ético de seu dever de professor. Assim, situações diferenciadas adotadas com um determinado aluno (como melhorar a nota deste, para que ele não fique de recuperação), apenas norteadas pelo fator amizade ou empatia, não deveriam fazer parte das atitudes de um “formador de opiniões. (DANTAS, 1992, p. 1).

Logo, a relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também que o professor deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

Estamos acostumados a receber saberes dependentes, pois nossos pais e professores nos ensinaram as leis que regem o mundo segundo sua ótica, esquecendo-se de que cada ser humano pode ter uma visão diferente sobre os mesmos assuntos. Todos os sistemas sociais, políticos e econômicos estão fundamentados em experiências de alguém. Ter a capacidade de observar, saber ouvir, analisar cada acontecimento sob sua própria ótica e chegar a conclusões que outros ainda não tiveram, são poucos os que estão preparados. Ainda que assim estejam preparados, precisam saber falar, diversificar as formas de expressão, argumentar sem competir e desafiar a si mesmos, buscando fazer cada vez melhor, ao invés de competir com os outros.

Partindo da afirmação de Foucault (1980, p. 20, apud DUSSEL ; CARUSO, 2003, p. 34), que nos diz que “as forças presentes na história não obedecem nem a um destino nem a uma mecânica, apenas ao acaso da luta”, podemos considerar que as formas de liderança da sala de aula muito têm a ver com as formas de liderança na sociedade e na política.

Para tal afirmação, compreenderemos o período militar (1964 – 1985), onde a sistematização, a opressão e a limitação da liberdade de expressão pairavam na sociedade brasileira daquele período atingindo também o sistema educacional, cujo mesmo estilo de severidade empregado na nação também fora colocado em sala de aula.

Passado esse período, a sociedade começou a vivenciar um período com maior liberdade política e social, onde novamente a escola também passou a apresentar as mesmas características.

Ao fazermos a ligação entre estes dois períodos distintos, é possível verificar que o conjunto escola-sociedade, está totalmente interligado por uma estrutura básica (professores-alunos-pais) com grande diversidade cultural que, no entanto, estão inseridas dentro dos mesmos contextos educacionais.

Para que aconteça o processo do ensinar e do aprender no modelo atual de ensino, existe uma comunicação hierárquica, como citam Dussel e Caruso (2003, p. 37):

Suas regras não são definidas por todos, há muitas decisões já tomadas quando as crianças e os professores entram na sala de aula. Sabemos também que é uma relação que não está baseada unicamente no saber, que não trata apenas de quem sabe mais matemática, mas que é uma relação de poder: o docente, pelo simples fato de ser professor, independentemente de como ensine ou quanto saiba, tem mais poder do que as crianças para definir o que transmitir a elas. É claro que esse poder não é absoluto, uma vez que o docente ensina em uma escola regida por leis, opiniões, planos de estudo e outras coisas; entretanto, ele tem o poder de definir as pautas dessa relação, de torná-la mais igualitária, mais variada, ou mais uniforme e hierárquica. Uma vez que a situação de ensino implica uma complexa situação de poder, consideramos que o ensino, como “condução” da sala de aula, pode ser analisado em relação à condução das sociedades e dos grandes grupos.

Assim, é possível compreender que o poder está inserido em todas as partes da sociedade, sendo que, em algumas situações como a sala de aula, poderá apresentar-se em maior ou menor grau de intensidade.

Este poder representado pelo professor em relação ao aluno, sempre esteve associado à cobrança de disciplina, onde até o início do século XX eram bastante comum as ações disciplinares serem exercidas através do castigo corporal. Dussel e Caruso (2003, p. 89) explanam algumas atitudes pertinentes a esta forma equivocada de educar: “ajoelhar-se sobre grãos de milho, suportar durante horas a barriga cheia de água, ficar parado durante horas de braços cruzados, a régua que golpeava os dedos, o puxão de orelha, o puxão de cabelo.”

Cada época tem uma “tecnologia geral do indivíduo” particular de controle do corpo conforme Foucault, (2002 apud CARDOSO JR., 2006, p. 137). Em nossa sociedade, o controle sobre o corpo é exercido de modo automático e silencioso. Desde o final do século XVIII, ela tem sido dominada por uma forma de controle que se denomina “disciplina” (FOUCAULT, 2003 apud CARDOSO JR., 2006, p. 137). Nos espaços institucionais, nós nos sentimos vigiados constantemente e essa presença molda nossos corpos e nossa subjetividade. (CARDOSO JR., 2006, p. 137).

A partir do final do século XX, as transformações ocorridas no relacionamento entre professor e aluno tomaram outro contexto. Antes a penalização partia do professor para com seu aluno, ou seja, funcionava a lei do mais forte sobre o mais fraco, onde a sociedade se calava acreditando que estas atitudes faziam parte realmente do processo de aprendizagem, sendo então a melhor forma de educar. A maioria dos alunos eram filhos de pais sem escolarização e que confiavam plenamente nas práticas adotadas em sala de aula. No entanto, esta hierarquia das formas de punição no ambiente escolar foram substituídas por princípios onde ambas as partes (professor e aluno) conduzem o ambiente com rituais penosos, onde agressões físicas e verbais viraram rotina em inúmeras escolas brasileiras. Policiais armados fazendo ronda próximo às escolas para combater o arsenal de armas e drogas que chegam dentro destas instituições tornaram-se comum e de suma importância nos dias atuais.

A sala de aula, considerada como o ambiente escolar mais favorável para a aprendizagem e profundos laços de amizade, hoje é vista como um local fragilizado, onde professores e alunos vivenciam situações extremamente desagradáveis e constrangedoras.

Diante de tantas dificuldades que traz à tona a relação entre professor-aluno, ainda é bastante evidente uma maioria de professores que se preocupam em orientar e prezam a conversa com seus alunos. Apesar de estarem em minoria, ainda existem professores que apresentam dificuldades para dialogar com seus alunos, muitas vezes não por abnegar esta aproximação, mas pelas próprias circunstâncias da educação que recebera, gerando certo bloqueio na possibilidade de contatos mais próximos.

Segundo dados de uma pesquisa realizada por Abramovay e Rua (2002, p. 180), dentre os professores que apresentam dificuldades em dialogar com seus alunos, existe um número expressivo daqueles que humilham e ignoram completamente os problemas dos estudantes, esquecendo por completo que as pessoas que estão sentadas naquelas carteiras possuem sentimentos que muitas vezes afloram e necessitam de alguém para conversar. Existe outro perfil de professor que trata os alunos mal, expondo-os ao ridículo a ponto de atribuir-lhes palavras do tipo: “safado”, “marmanjão”. Outro tipo de violência bastante comum existente dentro das instituições de ensino é referente a agressões verbais, que não deixa marcas explícitas. Muitas vezes é silenciosa, porém, afeta profundamente o psicológico do educando. Este tipo de violência, por sua vez, é mais comum quando o aluno não entende algo ou quando não consegue responder a uma pergunta.

O abuso de autoridade também fragiliza esta relação, fazendo com que não raras vezes, os alunos sejam acuados pelo medo de reclamar ou até mesmo denunciar um professor porque é ele quem vai lhe atribuir nota.

O método de atribuir notas, introduzido pelo sistema jesuíta, consistia em criar competição entre os alunos dentro da sala de aula. Para Foucault (1995 apud DUSSEL; CARUSO, 2003, p. 83), essa forma objetivava “a guerra e a rivalidade”. Como percebemos, o processo de atribuir notas no contexto escolar já era tido como motivo de instabilidade. No entanto, verificamos que a mesma metodologia utilizada séculos atrás permanece ainda hoje sendo aplicada no contexto escolar, porém, agora tido como ferramenta de punição para aqueles alunos que não atingem a expectativa do professor.

Por outra vertente, é possível analisar que as dificuldades existentes em sala de aula não se resumem apenas partindo do professor. A agressão do aluno para com o professor tornou-se atitude corriqueira, já que com muita frequência são divulgadas situações ocorridas dentro e fora da sala de aula, tal qual o que foi divulgado pela Folha do Dia no dia 13/09/2007:

[...] segundo o último estudo realizado, em 2006, pela APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo, 95,9% dos 684 professores entrevistados já sofreram agressão verbal e 82,2% física. Os alunos são os principais responsáveis em 93% dos casos, o restante fica entre pais e desconhecidos. O preocupante é que 62,9% dos educadores agredidos não registram boletim de ocorrência por medo de vingança. O estudo aponta como principal causa a degradação familiar, omissão dos pais, seguida do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas inclusive dentro das escolas. (MATOS, 2007).

Uma reportagem exibida pelo Jornal Hoje (Rede Globo) no dia 09/04/2007, também abordou a violência que desafia as autoridades e ameaçam professores dentro e fora dos colégios, só que agora no Estado do Paraná.

[...] na minha carreira profissional eu nunca vi isso acontecer, ser rendida pelos próprios alunos!”, disse uma diretora de escola que não quis se identificar. Ela chegava ao trabalho de carro quando foi rendida. Dirigiu uma hora e meia sob a mira de um revólver até ser abandonada à beira de uma rodovia. Pouco depois a polícia prendeu três dos quatro assaltantes. Eram alunos da escola. Dois deles menores de idade, que já tinham sido suspensos por agressão a professores e colegas. “Falaram que se eu procurasse a imprensa eles iam me matar no dia seguinte”, conta.

Outro rosto escondido, mais uma agressão. Um aluno de 18 anos atacou a professora com uma barra de ferro e feriu o braço dela. Depois, com a ajuda de colegas, ainda queimou as cortinas da sala de aula e o livro de ocorrências da escola. “Nós não estamos preparados para lidar com marginais. (KIRSCH, 2007).

Em 11/01/08 foi divulgado pela Tribuna de Minas, um levantamento realizado durante o ano de 2007 sobre a violência que atinge os professores na cidade de Juiz de Fora. A cidade mineira tem cerca de 500 mil habitantes e apresenta alto índice de conflitos em sala de aula, como apresenta a reportagem a seguir:

a cada três dias letivos, um professor, diretor ou funcionário de escola é alvo de algum tipo de violência praticada por aluno ou familiares de estudantes dentro da instituição educacional. O levantamento inédito, realizado pela Tribuna, ajuda a desenhar a face de uma realidade encoberta pelo silêncio. De janeiro até o dia 12 de dezembro passado, 68 ocorrências envolvendo agressão, ameaças de morte, atrito verbal e ofensas contra educadores foram registradas pela Polícia Militar (PM). Se a esses números forem somadas as brigas entre alunos, os registros sobem para 103. Ainda que muitos casos sejam ocultados pela própria escola, ocasionando a subnotificação, o número oficial de registros é alto e considerado preocupante não só pelo sindicato da categoria, mas para os especialistas em educação. (ARBEX, 2008)

De modo geral, fatores dos mais variados interferem no comportamento de aluno violento ou indisciplinado. Ainda não se encontrou uma fórmula que resolvesse tais problemas, por isso, todos os dias somos surpreendidos pelos meios de comunicação com reportagens que nos deixam suscetíveis.

O Nordeste brasileiro também não conseguiu ficar distante dos distúrbios disciplinares que andam preocupando as autoridades e amedrontando a classe dos professores em grande parte do país, como foi divulgado na internet em uma reportagem no dia 28 de setembro de 2008, intitulada “Violência na sala de aula”:

Ser professor na Paraíba, hoje, já é uma profissão de risco. Somente neste ano, 11 docentes foram agredidos por alunos em sala de aula em Campina Grande. Os casos mais graves necessitaram da intervenção do Ministério Público Estadual e da polícia, que reforçou o patrulhamento nas escolas, principalmente as localizadas nas áreas periféricas, onde as ocorrências são mais comuns. Entre as principais causas das agressões estão: o envolvimento dos estudantes com as drogas, rebeldia e o desajuste familiar. (VIOLÊNCIA..., 2008)

Como é perceptível, casos de total desentendimento entre professor e aluno não podem ser considerados como fatos isolados. O clima de violência instalado nas escolas é decorrente de um conjunto de causas complexas que resultam no enfraquecimento dos valores sociais.

Sobre violência, Chauí (1985 apud KOEHLER, 2003, p. 2) argumenta que:

Entendemos por violência uma realização determinada de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como uma violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois ângulos. Em primeiro lugar, como uma conversão de uma diferença e de uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Fatores culturais e sociais ajudam a compor a intolerância existente no ambiente escolar, considerando que a mesma geração que viveu o período ditatorial, também viveu a era do “é proibido proibir”, onde fora criado um individualismo excessivo, valorizando sempre mais o ter do que o ser. Jean-Jacques Rousseau, filósofo, sociólogo e pedagogo francês (1712-1778), dizia que o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, após ter cercado um pedaço de terra, lembrou-se de dizer “isto é meu” e encontrou pessoas ingenuamente capazes de acreditar.

O reflexo deste cenário desabrochou na esfera cultural, onde nos últimos anos presenciamos a explosão educacional que levou milhares de crianças para a escola e, conseqüentemente, a perda da qualidade, já que não houve um preparo na infraestrutura material e humana, pouca ou nenhuma participação da comunidade, abandono familiar e desigualdade de direitos entre os cidadãos. A escola de hoje não é a mesma de 30 anos atrás. Dentro dela está o reflexo de toda desagregação social que vivemos, por isso não é pertinente isolá-la feito uma ilha.

Em um estudo realizado por Zagury no ano de 2006, onde mil docentes de diferentes regiões geográficas do país contribuíram para a realização do trabalho, uma das abordagens analisadas foi com relação à indisciplina em sala de aula.

No quadro abaixo será possível verificar que inúmeras são as razões pelas quais a indisciplina se faz presente em sala de aula.

QUADRO N° 1

| Manter a disciplina em sala | Total % |
|--|----------------|
| Os alunos não têm limites / são rebeldes / agressivos / faltam com respeito | 44 |
| Falta de educação familiar / liberdade familiar / falta de educação | 19 |
| Falta de compromisso / interesse / apoio da família | 11 |
| Excesso de alunos em sala de aula / salas superlotadas | 9 |
| Falta de interesse / motivação / dos alunos / alunos dispersos | 6 |
| Os alunos fazem o que querem em casa | 4 |
| O papel da família foi totalmente substituído pela escola | 4 |
| Desestruturação familiar | 4 |
| A motivação fora da sala de aula é maior (comunicação, jogos, internet, esportes, mídia) | 3 |
| Turmas heterogêneas diferenciadas | 3 |
| A educação mudou / hoje em dia o professor não pode nada / falta de autoridade do professor / “traumatiza” o aluno | 3 |
| Falta a presença da família na escola | 3 |
| Hoje em dia há uma inversão de valores | 3 |
| Falta de atitudes mais enérgicas por parte da escola / escola muito aberta | 2 |
| Insegurança do professor | 2 |
| A desvalorização do professor / da figura de professor | 2 |
| Imaturidade dos alunos | 2 |

| | |
|-----------------|----|
| Outros | 16 |
| Não respondeu | 15 |
| Base 257 | |

Fonte: Zagury, Tânia. 2006, p. 87.

Analisando-se as três primeiras questões e considerando que foram as mais citadas, é possível compreender onde estão as dificuldades encontradas na relação entre professor e aluno.

Seria um erro afirmar que essas três questões se resumem em apenas uma, porém, a questão da falta de limites por parte da família constitui um dos piores efeitos, ou seja, extinguem-se os valores morais religiosos e sociais da família tradicional e surge um novo modelo de estrutura familiar, onde o não-autoritarismo é a base sólida desta relação.

Toda a indisciplina que acaba gerando a violência em sala de aula pode ser explicada por uma série de causas, mas a solução destes conflitos poderá ser vencida quando a família e a escola se organizarem, com idealismo, cidadania e, principalmente, com a revitalização de um novo conceito de afetividade.

1.4 A Participação da Família no Processo Educacional

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a questão da família é citada em vários artigos, trazendo um novo conceito no artigo 226, onde cita no parágrafo 3º que família é uma união estável entre o homem e a mulher.

Evidenciando o perfil da família que perdura até os dias atuais, focam-se como funções vitais desempenhadas por esta instituição:

1. Proteção;
2. Afetividade;
3. Educação dos seus filhos, sendo responsável também pelo desenvolvimento da personalidade e do seu caráter.

Com o apoio da família, os filhos realizam diferentes tipos de aprendizagens durante toda a sua vida. Nos primeiros anos, suas aprendizagens estão diretamente relacionadas à questão da própria sobrevivência, justificando, assim, o ato dos movimentos e percepção, seguindo para os sistemas simbólicos, em especial a linguagem.

O ponto de partida da socialização é a fase primária, durante a infância, quando o indivíduo está dotado de ampla capacidade de relacionar-se. Vai construindo seus próprios caminhos de aprendizagem estabelecendo vínculos sociais e culturais, ainda que sustentado pela família.

A socialização secundária é baseada em instituições, partindo da aquisição de conhecimentos prévios para conhecimentos de cunho científico.

Contudo, escola e família são duas instituições vitais para a inserção do indivíduo no meio social, sendo que esta parceria sempre valeu muito à pena. No entanto, a relação dessas duas instituições tem sofrido modificações intensas ao longo dos anos, como cita Potyara Amazoneida P. Pereira (1995):

Ademais, é preciso ressaltar que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, muito menos como “doenças” ou sintomas de “crise”. A ideia de crise, atualmente em voga, pode ser enganosa. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras. Com ele, também, os papéis sociais atribuídos diferenciadamente ao homem e à mulher tendem a desaparecer não só no lar, mas também no trabalho, na rua, no lazer e em outras esferas da atividade humana.

Contudo, não podemos deixar de considerar que mesmo com um novo arranjo de família, é neste espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários a serem exercidos na sociedade civil.

Até algum tempo atrás ouvíamos constantemente a frase: “A escola é a extensão da família. É nosso segundo lar, e a professora nossa segunda mãe”. No entanto, temos conhecimento de que cada uma destas organizações intercede representando aspectos distintos, mas importantes na vida do indivíduo. Sabemos que a função da escola é educar, de acordo com o significado etimológico da palavra, “colocar para fora” suas competências e habilidades. Partindo das ideias de Foucault, podemos afirmar que a escola é um lugar de produção de saber.

Enquanto a escola estimula e procura desenvolver o espírito científico no aluno, a família se encarrega em transmitir as crenças e os valores oriundos de várias gerações transformando-as em valores culturais, e como consequência dessas duas vertentes, teremos o processo de desenvolvimento desencadeando de maneira coordenada.

Diante de um cenário de rupturas, é possível apontar uma nova relação entre essas duas instituições, baseado na fragmentação de responsabilidades da família para a escola. O sustentáculo dessa relação – que antigamente era baseado em princípios de confiança, parceria e respeito – hoje está difuso.

Estamos vivenciando uma sociedade mais aberta ao diálogo, onde podemos expressar nossos anseios e desejos livremente sem a preocupação de sermos punidos. O

reflexo desta liberdade também alcançou o núcleo social familiar, sendo esta antes conhecida como célula fundamental da sociedade, cumpridora de inúmeras e vitais funções, uma instituição inabalável, insubstituível, mas que nos dias atuais transformou-se, apresentando características diversas.

Outro aspecto também relevante entre a família e a escola é citado por La Taille (1999, p. 175):

Antes, a família (e a escola) eram estruturas sociais essencialmente 'adultocêntricas': a criança devia adaptar-se a uma casa organizada em função da vida, valores, prazeres e interesses dos adultos. Hoje, a família (e também a escola) tende a ser 'puericêntrica': são os adultos que devem se adaptar ao espaço infantil e adolescente; os filhos são os 'reis' da casa, ouvem as músicas que querem, assistem a seus programas, etc.

É necessário revermos alguns valores antes existentes e que hoje parecem esquecidos, assim como as funções que antes eram estritamente desempenhadas pela família e agora passaram para a escola sobrecarregando-a; e a família, por sua vez, está perdendo a sua função de primeira educadora. É importante considerar que por maiores que sejam as transformações na configuração familiar, essa instituição permanece sendo a unidade básica de crescimento de cada um dos seus componentes.

No entanto, é papel da escola incentivar a colaboração da família diante dos projetos escolares, exercendo o seu papel na educação, na evolução e no futuro sucesso profissional do educando, estabelecendo assim, uma possível mudança a nível social.

Quando a escola se preocupa com os aspectos legais de funcionamento, programas curriculares bem planejados e tantos outros artifícios, a aprendizagem do aluno só virá a acontecer se juntamente com esta preparação da escola estiver a atenção e o carinho da família e da comunidade. No entanto, quando predomina muito pouco ou nada da participação da família nesse processo, os resultados poderão ser os mais variados possíveis.

De acordo com a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o parágrafo único do Capítulo IV, nos diz que "é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais", ou seja, a aproximação da família com a escola é de suma importância, tal que, quando concretizado os laços entre as pessoas envolvidas no processo educacional, surgirá um aluno com imenso desejo de aprender.

Ainda a esse respeito, Leite e Tassoni (2002 apud PALONIA; DESSEN, 2005, p. 304), diz:

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua.

Esse processo tomou proporções de âmbito nacional sendo reconhecida desde 1990 pelas legislações nacionais e diretrizes do Ministério da Educação, tais como:

- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, nos artigos 4º e 55;
- Política Nacional de Educação Especial;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96, artigos 1º, 2º, 6º e 12;
- Plano Nacional de Educação – Lei nº 10172/2007, que define a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família);
- E a mais recente iniciativa implantada pelo MEC, que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola.

Como se pode observar, a Constituição Federal abre um leque de possibilidades que permite utilizar-se de recursos financeiros, físicos, materiais e humanos para que a educação tenha condições plenas de funcionamento.

No entanto, nenhum problema no aspecto educacional será sanado se juntamente com os esforços da União não tivermos a participação da família na escola, não apenas como mais um recurso facilitador para o aprendizado do aluno, mas com o intuito de podermos conhecer as características e as particularidades que marcam a trajetória de cada família e, conseqüentemente, do aluno com quem temos maior contato. Estas informações são preciosas, pois só através deste diagnóstico será possível avaliar as nossas ações enquanto educadores, identificando a demanda e construindo propostas compatíveis com a realidade deste aluno.

1.5 O Tempo Dedicado em Sala de Aula e a Relação Professor-Aluno

A sociedade dos dias atuais é moldada de maneira organizacional, sendo que nas mais diversas instituições também predominam esse mesmo tipo de organização. Na escola não poderia ser diferente, existe uma organização constante onde o tempo age como fator determinante. O mesmo tempo que cronologicamente estabelece questões burocráticas, é também o tempo que delimita a rápida caminhada em busca de algo que, até alguns anos atrás, não era bem definido, e que atualmente passou a ser uma

corrida incessante em busca do sucesso profissional, sendo que a cada dia tem início muito antes do que se imagina.

A corrida pela busca do poder e pela conquista do mercado de trabalho está transformando a educação brasileira em uma constante preparação para o vestibular. Desde o início do ensino fundamental está sendo inculcada no aluno a importância de que seja compreendido todo conhecimento científico e que aprenda a equilibrar-se emocionalmente com o único objetivo de que a vaga de uma boa universidade seja conquistada o mais breve possível. Não podemos deixar de mencionar que realmente a compreensão teórica de todos os conteúdos que fazem parte da grade curricular, assim como a formação da pessoa e o equilíbrio emocional, sejam fatores extremamente importantes na vida de qualquer ser humano, porém, cabe também a escola desenvolver outras habilidades, tais como a social, ética e a cidadania.

Não basta o professor apenas ensinar para vencer os conteúdos programáticos, é necessário mais do que isso, é fundamental o envolvimento da teoria com a vivência do aluno. Não basta apenas deixar com que o aluno fique sentado quatro horas por dia ou mais escutando o que o professor tem a explicar, é imprescindível que esse tempo seja mediado por aulas práticas e lúdicas, com experimentos e tantos outros artifícios fundamentais para que seja adquirido o gosto pelo aprender. Assim, Zagury (2006, p. 51) complementa:

Hoje os alunos esperam que a performance do professor se assemelhe a um showman, uma espécie de mágico que os encante... Esperam também que em cada aula o mestre lhes apresente desafios, questões engraçadas, divertidas e interessantíssimas.

Nessa perspectiva, requerem não só que se ensine, no sentido de tornarem-se cidadãos pensantes, mas que possamos desenvolver o seu potencial crítico, estimulando-os a pensar, empreender e, sobretudo, a gostar de aprender para tornarem-se pessoas independentes, característica indispensável na sociedade da qual estamos inseridos, ou seja, a sociedade contemporânea na qual vivemos exige que a cada dia mais nossos alunos sejam preparados para o mundo, onde não há perspectiva de uma sociedade mais humanizada, embora lutemos para a reversão deste quadro.

Para tanto, Buarque (2008, p. 11) cita:

No século 21, o professor continuará sendo o centro do processo pedagógico, mas de forma diferente: ele será o maestro, o arquiteto, o engenheiro de um

espetáculo composto por milhões de alunos, espalhados pelo mundo inteiro, e usará os modernos equipamentos de teleinformática para interagir com eles.

A revolução no equipamento pedagógico ocorrida nos últimos 20 anos está criando um novo profissional, que vai continuar se chamando professor, mas já não se encaixará no tipo anterior [...]

Pelo lado dos equipamentos já disponíveis, o professor terá que se reformar, se reinventar. Para ser um bom professor, ele precisa oferecer o máximo de recursos a seus alunos. Da mesma maneira que não se imaginava, no século 20, um professor sem quadro-negro, no século 21 não se pode conceber um professor que não utilize os recursos modernos que facilitam o aprendizado, como televisão, computador, vídeo, programação visual, informática. O professor dos próximos anos deverá se adaptar à evolução por que passam os equipamentos pedagógicos [...]

Além da dinâmica do conhecimento e da modernidade de equipamento, três elementos obrigam o professor a se reformar: a mente dos alunos – iniciados e viciados nos monitores da televisão e dos computadores -, a ausência das famílias e a presença da mídia.

A grande revolução dos tempos e o turbilhão de cobranças existente no mundo contemporâneo fazem com que os pais dediquem-se mais horas ao trabalho e às obrigações particulares, diminuindo o tempo antes dedicado à educação dos filhos, às horas de lazer e aos momentos de aconchego em família. Contudo, a grande maioria dos alunos da atualidade está encontrando acalento nas máquinas de informações. São nessas máquinas que eles passam horas do dia suprindo a falta do calor humano.

O grande prejuízo de toda esta situação não está somente voltado único e exclusivamente ao educando, mas também à família e à escola. A família está perdendo o controle da situação por não conseguir superar a formidável engenhosidade existente nos meios de informações, sendo que, em especial, a televisão e o computador tornaram-se acessórios indispensáveis dentro de casa, facilitando o descontrole de regras antes preestabelecidas como o horário de dormir e o horário das refeições. A escola por sua vez, que na grande maioria possui como pano de fundo apenas alguns instrumentos antiquados como o giz e o quadro-negro, também não conseguem atrair seus alunos. Ambos, família e escola possuem como grande rival as máquinas de informações, onde uma alucinante tela digital, na qual com um piscar de olhos transforma-se em um verdadeiro show de imagens, cores e muitas informações, acaba sendo a forma de aprender mais prazerosa encontrada pelos nossos alunos.

A esse respeito, Esteve (1999, p. 101) diz:

O desenvolvimento de fontes de informação alternativas, basicamente dos meios de comunicação de massas, obriga o professor a alterar o seu papel de transmissor de conhecimento. Cada dia se torna mais necessário integrar na aula estes meios de comunicação, aproveitando a sua enorme força de penetração. O professor que pretende manter-se no antigo papel de “fonte única” de transmissão oral de conhecimentos perde a batalha.

Mais do que transmissor de conhecimentos científicos, o professor é educador da vida e facilitador das oportunidades que o mundo oferece aos nossos alunos, tendo a oportunidade de transferir experiências, situações, conselhos e segurança. A esse respeito, muito sabiamente Belloni (1992, apud LIBÂNEO, 2007, p. 72), nos diz que:

Com a perda relativa das funções de socialização sofrida pela escola e pela família, a televisão passa a ser um instrumento cada vez mais poderoso no processo de socialização. Um dos aspectos negativos dessa influência é a tendência à passividade e à dependência das crianças, prejudicando o desenvolvimento pleno de suas capacidades cognitivas e socioafetivas. Daí a necessidade de as escolas desenvolverem uma leitura crítica e uma postura ativa perante a mídia, ou seja, fazer uma educação para a mídia, para ensinar os jovens a dominar a linguagem televisual, para não serem dominados por ela.

Diante de tal situação, não temos mais tempo para ficarmos questionando os benefícios ou os malefícios que as máquinas de informações trazem para a geração atual, precisamos ser sábios para agregarmos valores a esses meios e extrairmos a sua essência, conscientizando nossos educandos de todo o simbologismo existente por trás desta fascinante tecnologia.

1.6 O Princípio da Ética e o Ambiente Escolar

A teoria dos valores trata-se de uma questão filosófica, iniciada pelos antigos gregos e que predomina até os dias de hoje. Em se tratando da ética, definimos como sendo uma palavra originária do grego “ethos”, e tem seu correlato no latim, “mores”, com o mesmo significado, podendo considerar então que ética e moral são palavras sinônimas.

Max Weber (economista, sociólogo e filósofo), um dos pensadores que maior influência exerceu nas correntes do pensamento alemão, escreveu entre 1904 e 1905 uma obra intitulada “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual cita como sendo a ética e as ideias puritanas as grandes influências no desenvolvimento do capitalismo.

Vivemos hoje, com certa tristeza, uma crise de valores éticos e morais. A todo momento estamos afirmando o nosso individualismo, acentuando a nossa competitividade e aos poucos – muitas vezes inconscientemente –, criamos em nossos alunos situações para que eles também passem a fazer parte desse mundo selvagem. Para agirmos eticamente, não é necessário atuarmos de acordo com as regras sociais impostas, nem mesmo pelas leis que nos cercam, mas sim agir de maneira que algo possa ser bom para o maior número de pessoas possível, tendo como princípio um dever universal.

A preocupação com a formação ética das novas gerações permanece ainda hoje e, para tanto, foi estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, por meio da Resolução CNE/CEB n. 2, de 7 de abril de 1998, a implantação/implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) nas escolas pelo MEC. Nessa coletânea, encontra-se o volume 8, que trata dos Temas Transversais, entre eles a ética, cujo título já define a metodologia empregada para tais valores, ou seja, pontua para que seja trabalhado transversalmente aos conteúdos já vigentes no currículo, priorizando então o respeito mútuo, a justiça, o diálogo e a solidariedade. Cada um destes princípios foi abordado de maneira clara e objetiva, facilitando o desenvolvimento em sala de aula. Para melhor compreendê-los, faremos um quadro onde serão representados os princípios e os conteúdos propostos.

QUADRO N° 2

| OS CONTEÚDOS DE ÉTICA PARA O PRIMEIRO E SEGUNDO CICLOS | | | |
|--|--|---|--|
| RESPEITO MÚTUO | JUSTIÇA | DIÁLOGO | SOLIDARIEDADE |
| <ul style="list-style-type: none"> - as diferenças entre as pessoas, derivadas de sexo, cultura, etnia, valores, opiniões ou religiões; - o respeito a todo ser humano independentemente de sua origem social etnia, religião, sexo, opinião e cultura; - o respeito às manifestações culturais, étnicas e religiosas; - o respeito mútuo como condição necessária para o convívio social democrático: respeito ao outro e exigência de igual respeito para si; - o respeito ao direito seu e dos outros ao dissenso; - a coordenação das próprias ações com as dos outros, por meio do trabalho em grupo; - o respeito à privacidade como direito de cada pessoa; - o contrato como acordo firmado por ambas as partes; - a identificação de situações em que é ferida a dignidade do ser humano; - o repúdio a toda forma de humilhação ou violência na relação com o outro; - as formas legais de lutar contra o | <ul style="list-style-type: none"> - o reconhecimento de situações em que a equidade represente justiça (como, por exemplo, algumas regras diferenciadas para as crianças menores, das séries iniciais, em função de sua idade, altura, capacidade, etc.); - o reconhecimento de situações em que a igualdade represente justiça (como, por exemplo, as regras de funcionamento da classe, o cumprimento de horários); - a identificação de situações em que a injustiça se faz presente; repúdio à injustiça; - o conhecimento da importância e da função da Constituição brasileira; - a compreensão da necessidade de leis que definem direitos e deveres; - o conhecimento e compreensão da necessidade das normas escolares que definem deveres e direitos dos agentes da instituição; - o conhecimento dos próprios direitos de aluno e os respectivos deveres; | <ul style="list-style-type: none"> - o uso e valorização do diálogo como instrumento para esclarecer conflitos; - a coordenação das ações entre os alunos, mediante o trabalho em grupo; - o ato de escutar o outro, por meio do esforço de compreensão do sentido preciso da fala do outro; - a formulação de perguntas que ajudem a referida compreensão; - a expressão clara e precisa de ideias, opiniões e argumentos, de forma a ser corretamente compreendido pelas outras pessoas; - a disposição para ouvir ideias, opiniões e argumentos alheios e rever pontos de vista quando necessário. | <ul style="list-style-type: none"> - identificação de situações em que a solidariedade se faz necessária; - as formas de atuação solidária em situações cotidianas (em casa, na escola, na comunidade local) e em situações especiais (calamidades públicas, por exemplo); - a resolução de problemas presentes na comunidade local, por meio de variadas formas de ajuda mútua; - as providências corretas, como alguns procedimentos de primeiros socorros, para problemas que necessitam de ajuda específica; - o conhecimento da possibilidade de uso dos serviços públicos existentes, como postos de saúde, corpo de bombeiros e polícia, e formas de acesso a eles; - a sensibilidade e a disposição para ajudar as outras pessoas, quando isso for possível e desejável. |

| | | | |
|---|--|--|--|
| preconceito; - a utilização das normas da escola como forma de lutar contra o preconceito; - a compreensão de lugar público como patrimônio de todos, cujo zelo é dever de todos; - o zelo pelo bom estado das dependências da escola; - a valorização do patrimônio cultural e o zelo por sua conservação. | - a identificação de formas de ação diante de situações em que os direitos do aluno não estiverem sendo respeitados; - a atitude de justiça para com todas as pessoas e respeito aos seus legítimos direitos. | | |
|---|--|--|--|

Fonte: BRASIL, 1997 (Adaptado)

Anteriormente aos PCNs, a formação ética havia sido trabalhada nas aulas de “educação moral e cívica”, no entanto, o verbalismo e o dogmatismo utilizados na época acabaram por afastar dos alunos as reflexões que poderiam enriquecer as relações em sala de aula e em sociedade.

A finalidade da ética é a de não ser uma disciplina curricular, mas que seja oportunizada em todas as situações de sala de aula, assim como é colocado nos PCNs. Vale ressaltar que a escola não poderá ser considerada como a única fonte capaz de transmitir esses valores, porém, devemos ter serenidade e consciência para admitirmos que para muitos dos nossos alunos o espaço escolar será o único ambiente onde poderá ser feita essa experiência.

Em se tratando do presente momento, é de fundamental importância que a escola cumpra o papel de ser o local transmissor para atribuir valores éticos; no entanto, é imprescindível que este espaço também exerça tal valor. Como já vimos anteriormente, as relações de conflito existentes no espaço escolar não condizem com a permanência de tais valores, já que violência e ética são conceitos totalmente opostos e que jamais conseguirão interligar-se.

Na escola tradicional, cada um trabalha para si: a classe escuta o professor e, em seguida, cada um deve mostrar no decorrer de seus trabalhos e de provas apropriadas o que reteve das lições ou das leituras em casa. A classe, desse modo, nada mais é que uma soma de indivíduos e não uma sociedade: a comunicação entre alunos é proibida e a colaboração quase inexistente. Ao contrário, na medida em que o trabalho suscita a iniciativa da criança, torna-se coletivo; pois, se os pequenos são egocêntricos e inaptos à cooperação, ao desenvolverem-se as crianças constituem uma vida social cada vez mais forte. (PIAGET, 1996, p. 21).

Somos de uma geração que presenciamos anos em sala de aula onde o professor, tido como permissivo, era aquele em que não tinha domínio da sala, que os alunos faziam e desfaziam e nada acontecia. Por outro lado, também tínhamos o professor – na maioria das vezes – autoritário, que concentrava as atenções para si e com isso conseguia deter o controle da sala de aula. O que se espera

nos dias atuais é que o professor consiga resumir em um brando equilíbrio esses dois extremos, ou seja, não será o detentor de tudo dentro da sala de aula e também não deixará com que os alunos por si só determinem, até porque é ele quem está por dentro dos objetivos pedagógicos. Essa postura romperá com o estigma de que ainda existe o professor permissivo versus o autoritário, buscando um equilíbrio contínuo entre as duas vertentes. Entretanto, para que tais objetivos sejam alcançados, algo como respeito mútuo e reciprocidade serão princípios norteadores para tal perfil de relacionamento.

Nesse contexto, torna-se papel fundamental da escola que desde a mais tenra idade passemos a desenvolver em nossos alunos a aptidão pelo pensar, refletir e o construir, pois somente assim em um futuro próximo o convívio entre os membros da sociedade em geral será muito mais harmonioso do que o atual. No entanto, se cada educador em parceria com a família preocupar-se seriamente em desenvolver em seus alunos condutas éticas de amor e respeito ao próximo, sentimentos de justiça social, solidariedade, honestidade e amizade, o efeito multiplicador desses princípios poderá levar muitos indivíduos a se preocuparem mais com os seus semelhantes.

1.7 Formação Ambígua: Punição X Ambiente de Aprendizagem

Quando se opta por abordar o assunto da punição sendo ela em qualquer tipo de instituição (família, escola, prisões ou quartéis), sempre seremos alvo de questionamentos, pois apesar de ser um assunto bastante debatido, até o presente momento não se encontrou uma resposta afirmando que realmente a punição deve ser utilizada em alguns casos ou que em nenhum momento devemos utilizar deste tipo de conduta. A punição em sala de aula, porém, tornou-se um assunto muito mais complexo pelo fato de que, na maioria das vezes, faz parte desse processo como protagonista uma criança ou um adolescente, sendo que ambos estão amparados desde 1990 pelo (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, formalizando no Capítulo IV, o seguinte:

Art. 53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; (BRASIL, 2006).

A preocupação com a permanência da dignidade e cidadania da criança e do adolescente também está estampada em forma de proteção pela Declaração Universal dos

Direitos Humanos, citando então no Artigo V que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, cabendo então aos profissionais da educação fazer uma breve reflexão pontuando as formas de punição existentes em sala de aula e se estas não estariam favorecendo ao tratamento degradante e, assim, desrespeitando o exercício da cidadania conquistado por todos.

O que se sabe, no entanto, é que o perfil do aluno que temos hoje em sala de aula é bastante diferente daquele de alguns anos atrás. Talvez esta seja uma característica própria da mudança relacionada à configuração social que veio a produzir outro tipo de indivíduo, podendo estar sinalizando que estamos vivendo a falência do modelo atual de instituição escolar que até então se baseava na ideia de disciplina.

Sem saber a postura correta a ser tomada diante de tal situação, professores e profissionais da área da educação reúnem-se constantemente para participar de eventos com profissionais de outras áreas (psicólogos, neurologistas, psiquiatras) a fim de desvendarem o ‘mistério’ que envolve a mudança de comportamento dos alunos, e ao mesmo tempo estão buscando novas metodologias para serem empregadas a fim de vencerem mais este grande desafio.

A reportagem realizada pelo jornal O Diário do Norte do Paraná do dia 29/09/2008, traz à tona justamente o assunto que estamos abordando, onde publicou como título “Professores defendem mais rigor para punir alunos indisciplinados” trazendo então o texto:

Os professores querem combater indisciplina dos alunos com punições mais severas. Esta é a conclusão de uma pesquisa apresentada na última quinta-feira, no Seminário de Educação para a Cidadania, em São Paulo.

O estudo revela que, dos 8.773 professores consultados em 19 estados, 83% defendem uma postura mais rígida e 67,9% consideram que a expulsão é uma alternativa e deveria ser adotada.

Os dados se sustentam em outra constatação: 85,5% afirmam que houve aumento de conflitos nas instituições de ensino desde 2005. Apesar disso, o Paraná continua sendo o único Estado que tem lei proibindo a expulsão ou transferência dos estudantes como sanção.

A professora Vivian Moreno trabalha com alunos do Ensino Médio, da rede privada de ensino, em Maringá. Na opinião dela, punições severas podem ajudar a conter a indisciplina, mas não são suficientes.

Para que os resultados sejam efetivos, é preciso alinhar a postura mais rígida da instituição à colaboração dos pais. (PROFESSORES..., 2008).

Fica comprovado, diante deste contexto, que ainda não existe um consenso em relação aos procedimentos adotados em sala de aula. O que nos dá a impressão de que todas as pessoas que estão envolvidas no cenário educacional brasileiro encontram-se ‘perdidas’,

sem saber qual é a postura a ser tomada diante do caos que encontramos dentro de grande parte das escolas. Enquanto não se chega a uma solução concreta, continuaremos a vivenciar alunos agredindo seus professores e os professores, sem ter como se defender, acreditam que a única solução existente para tal quadro é repreender através da punição.

As considerações escritas por Foucault (1979, p. 73), existentes a partir das prisões, nos trazem a proximidade entre estes dois locais distintos – escola e prisão – e que ao mesmo tempo se parecem tão iguais, “não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como prisioneiras. As crianças sofrem uma infantilização que não é delas. Neste sentido, é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões...”.

Levando em conta toda a similaridade entre a escola e a prisão, devemos nos apropriar de mais um estudo de Foucault (2007, p. 149), onde nos revela que após anos da conclusão deste trabalho, ainda hoje vivenciamos situação semelhante:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora.

Inúmeros estudiosos tentam transmitir através de seus escritos vários conhecimentos que poderiam estar auxiliando o professor nas atitudes a serem tomadas no ambiente escolar, porém, foi ainda através de uma breve citação de Foucault (2007, p. 150), que sabiamente nos mostra outro caminho que poderá ser mais fascinante para o momento do processo ensino-aprendizagem, onde nos diz que:

[...] deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais freqüentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo. Ch. Demia, Règlement pour lês écoles de la ville de Lyon (1716 apud, FOUCAULT, 2007, p. 150)

Esta citação nos sugere que poderíamos inverter os valores que se fazem presentes hoje em sala de aula, onde os problemas são sempre mais evidentes do que as soluções. Se fizéssemos ao contrário estaríamos dando ênfase a grandes virtudes.

Acredita-se que a solução para o bom relacionamento entre professor e aluno esteja baseada na compreensão de ambos, sendo esta a grande essência para frutificar fortes amizades, inibindo assim os constrangimentos existentes em sala de aula e ao mesmo tempo não sendo mais necessárias as punições causadoras de atitudes vexatórias.

Contudo, para darmos uma nova característica à sociedade atual, é imprescindível que consideremos a educação como a base sustentadora para quaisquer mudanças futuras. No entanto, fica descartada a hipótese da instituição escolar ser o cerne desta transformação. É de suma importância que a família, a escola e a sociedade estejam empenhadas e unificadas para que os objetivos centrados em uma educação de caráter formador, entre eles os valores éticos, estejam sendo trabalhados e colocados em prática como meio de valorização das relações, em especial entre professor e aluno.

CAPÍTULO 2 A INDISCIPLINA NA ESCOLA E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Pretendemos, neste segundo capítulo, abordar as questões da indisciplina, assim como os aspectos da cidadania aplicada em sala de aula. Questões envolvendo o coletivo escolar também serão tema deste capítulo, pois acreditamos que a partir do momento em que todas as pessoas tiverem o senso de justiça e responsabilidade alicerçadas no respeito ao próximo, questões preocupantes dos dias atuais como indisciplina em sala de aula deixarão de ser temas de estudo.

É preciso que a educação seja eficiente no sentido de estabelecer a disciplina entre os alunos, pois esta influencia o processo ensino-aprendizagem. Sem disciplina, dificilmente se consegue fazer um trabalho pedagógico significativo.

Diante do problema de disciplina, muitas vezes a escola e o professor não fazem um trabalho de maior conscientização aos alunos porque não se tem "tempo a perder", já que há toda uma programação a vencer e os problemas vão se complicando a cada dia, o professor não consegue ensinar, muito menos os alunos conseguem aprender.

É preciso criar estratégias metodológicas para se construir uma nova disciplina em sala de aula. O aluno, por sua vez, pode colaborar desenvolvendo um sentido solidário de aprendizagem: perceber que sua aprendizagem depende, em alguma medida, da aprendizagem dos colegas. Precisa ter clareza de que o estudo é um trabalho que pode e deve ser realizador, mas exige esforço, dedicação e até mesmo frustração. O conhecimento dá um profundo prazer, mas para se chegar a isto é necessário debruçar-se sobre o objeto de conhecimento, tentar aprender suas relações, estudar seu desenvolvimento e afins. É um prazer construído pelo próprio sujeito, não serão encontrados em "pacotes prontos" como os meios de comunicação querem nos remeter.

Ao analisarmos os sentidos que a língua portuguesa nos reserva para os conceitos de indisciplina, encontramos algumas definições, tais como: falta de disciplina, desobediência, insubordinação e rebeldia. Assim, caracterizaremos como indisciplina toda e qualquer ausência de disciplina. No conceito desta estará a compreensão daquela.

Disciplina representa a maneira de agir do indivíduo, em sentido de cooperação, bem como de respeito e acatamento às normas de convívio de uma comunidade.

Em sentido didático, representa a maneira de agir do educando, no sentido de cooperação no desenvolvimento das atividades escolares e respeito pelos colegas. (NÉRICI, 1989, p. 253).

A indisciplina é, portanto, o comportamento contrário ao conceito de disciplina. Crianças, adolescentes ou mesmo adultos que agem de forma inadequada aos princípios e aos valores estabelecidos por uma sociedade, serão considerados como sujeitos indisciplinados.

Diferentemente no Brasil, a disciplina assume pontos de vista que convém destacar, por exemplo, Paulo Freire, coloca que a disciplina implica em uma relação entre o professor e o aluno, em que a autoridade está situada na liberdade sadia de ambos. Contudo a disciplina é uma tensão permanente, pois a autoridade e a liberdade que existem em seu interior são o que determinam o equilíbrio que a mesma possui, portanto, segundo o autor, a disciplina é uma "relação radicalmente democrática na qual, porém, jamais o educador será igual ao educando, uma vez que eles possuem diferenças." (CONTIN, 1998)

Fazemos referência à indisciplina no ambiente escolar quando o aluno não se comporta segundo as exigências estabelecidas por um regimento interno, ou mesmo aquele que não respeita o professor, o diretor ou demais integrantes da escola; aquele que não se concentra no que está sendo ensinado e não se relaciona bem com os colegas.

A escola, assim como a família e a sociedade de maneira geral, preza por pessoas comportadas no sentido de saber como agir em cada situação. A disciplina não impõe situação de submissão e omissão, de introversão de sentimentos. A disciplina implica em ação racional, em consciência de que tudo deve ser feito no momento certo.

Quando se trata de educação, tem-se a ideia de que a escola é um lugar preparado para ensinar e aprender e jamais para criar problemas, brincar e passar tempo.

E por falar em indisciplina, essa não deveria ser uma constante entre professores e alunos. Aulas dinâmicas, divertidas, linguagem clara, objetiva e de fácil entendimento, sempre associando o tema em questão a situações atuais, de conhecimento dos alunos, utilizando mais a explanação verbal do que a lousa (vista como um suporte, apoio para registrar, de forma resumida, alguma informação mais importante), torna as explicações dadas pelo docente, segundo opinião unânime dos alunos, uma aula motivadora. (SIQUEIRA, 2007).

A disciplina desejada não é aquela em que o aluno tem que agir como na escola tradicional, de forma mecânica, mas sim uma disciplina em que a participação possível e necessária encontra-se fundamentada em reações lógicas, bem coordenadas, com argumentos convincentes caso haja discordância de algum fato.

Na maioria dos casos, este tipo de disciplina será possível desde que o professor consiga conquistar seus alunos, liderar, demonstrar-se amigo compreensivo e utilizar-se de argumento claro e objetivo.

Na maioria das vezes, a indisciplina surge da falta de perspicácia do professor em cativar seus alunos. Assim, o problema passa a não ser de ordem exclusiva do aluno, mas sim a somatória de toda a comunidade escolar.

Quando se procura analisar e entender as causas da indisciplina, é preciso que se considere uma diversidade de segmentos da sociedade que influencia no comportamento do ser humano. Embora em um primeiro momento o que se procura é condenar qualquer tipo de indisciplina, vale considerar o sábio e antigo pensamento socrático que diz: "não devemos julgar nenhuma consequência sem saber as causas que a produziram". Em geral, ninguém é indisciplinado por opção, por vontade ou simplesmente porque gosta. As pessoas reagem segundo reflexos do meio em que se encontram.

Para que este estudo atinja objetivos concretos, é interessante conhecer as causas da indisciplina na escola, no aluno e no professor.

A indisciplina na escola é comum e frequente em praticamente todos os níveis, acentuando-se em determinadas faixas etárias, como por exemplo, na adolescência. Porém, nas mais variadas épocas, as causas conhecidas por esse tipo de comportamento são as que se seguem:

Classes numerosas - As classes das escolas costumam ser de 40 alunos. Convenhamos que é difícil ou quase impossível a um professor dedicar-se, convenientemente, a tantos alunos a um só tempo... O ideal seria classes de 20 a 25 alunos.

Instalações materiais inadequadas - Em salas de aula pequenas, sem iluminação nem ventilação suficientes, mobiliadas com carteiras velhas e rangentes, não é fácil manter a disciplina...

Falta de laboratórios, de oficinas e de materiais didáticos e humanos - Estas deficiências são, também, causas da indisciplina; obrigam que todas as aulas sejam teóricas e sempre ilustradas com o mesmo material - as palavras - o que torna o trabalho escolar desinteressante e cansativo.

Preparação deficiente de diretores - Aqui reside um fator importante quanto à disciplina e ineficiência de muitas escolas. Diretores que não têm preparação pedagógica suficiente, nem consciência de suas responsabilidades. Certos diretores não têm condições para imprimir um ritmo seguro aos trabalhos da escola e acabam não inspirando confiança nem a professores nem a alunos. *Diretores ausentes dos seus alunos e professores que não podem (nem se esforçam para) compreender os problemas de sua escola.* É de se pensar na necessidade de cursos de formação e de aperfeiçoamento de diretores ou qualquer outra forma de assistência, a fim de levá-los a serem mais eficiente. (NÉRICI, 1989, p. 257, grifo do autor).

Diante do citado pelo autor, podemos analisar quantas são as possibilidades de indisciplina que o sistema escolar vivencia todos os dias, dificultando o trabalho do professor e inibindo a aprendizagem do aluno. Já é hora de enxergarmos por outras vertentes. Não é só de alunos com problemas comportamentais que sobrevive a indisciplina, mas também de uma organização nos aspectos físicos e, principalmente, profissionais bem preparados.

Quando falamos sobre as questões de indisciplina relacionadas ao professor, podemos articulá-la à questão didática, sendo que grande porcentagem dos casos de indisciplina tem origem na metodologia de trabalho utilizada pelo professor. As circunstâncias que podem levá-la a ser a causa principal das perturbações do bom desenvolvimento dos trabalhos escolares são muitas. Entre as causas mais comuns, podemos citar a

má direção de classe, ou seja, quando o professor não estabelece, de maneira definida e exequível, normas básicas de convivência social em sala. Outra situação bastante comum refere-se ao emprego constante da mesma técnica de ensino, tornando os trabalhos de classe monótonos e desinteressantes, transformando-os em momentos propícios para os alunos reagirem com desatenção e brincadeiras entre eles.

Uma das causas mais preocupantes para o sistema educacional refere-se ao professor que domina mal o conteúdo que deverá trabalhar, revelando-se inseguro, impaciente e se descontrolando à menor pergunta dos alunos. Preocupado com as suas deficiências, não lhe sobra tempo para realizar eficiente direção de classe. Nesses casos, é comum os alunos fazerem "onda" com o professor e interrompê-lo com perguntas, muitas vezes, absurdas. Logo, quando o professor não domina a matéria que leciona, os alunos passam a não dar-lhe crédito, mesmo porque serão muitos os momentos de confusão, avanços e recuos em suas aulas.

Outra questão que deve ser levada em conta e que costuma ser fonte de indisciplina é com relação à falta de uniformidade da ação didática do professor, bem como a não-coordenação quanto a tarefas, dias de provas e, principalmente, a sua postura frente ao comportamento dos alunos. O fato de não realizar boa distribuição nos horários de aulas dos diversos professores, pode ser fonte de dificuldades.

A impontualidade na frequência às aulas, no início e término das mesmas, na correção de tarefas e provas, também é alvo certo em aspectos como o da indisciplina. O adiamento da realização de obrigações estabelecidas, sem razões realmente plausíveis é, também, outra forma de impontualidade que muito prejudica o bom andamento da sala de aula. É preciso ressaltar que a demora para dar início à aula e aos trabalhos de classe é motivo forte de indisciplina.

Uma característica mais incomum, porém existente, refere-se aos casos de professor neurótico, sendo bastante prejudicial aos alunos e fonte de constantes atritos em classe. Esse comportamento tem origem na ausência de uma formação humanitária do professor. Isso o impede de entender que o aluno é um ser em formação, que tem seu comportamento próprio e que muitas vezes não aceita nenhum tipo de dominação.

Não há como negar também que uma série de indisciplinas tem origem no próprio comportamento do aluno. Estas podem ser de natureza biológica, social ou psicológica.

As causas mais comuns de indisciplina relacionadas aos alunos são as de natureza biológica, onde certos estados de desnutrição, de esgotamento físico, de verminose, de hipertireoidismo, os problemas visuais e auditivos, além de tantos outros, podem acarretar estado de inquietação e incapacidade para os trabalhos de classe que vão, quase sempre, redundar em indisciplina.

Uma segunda possibilidade está relacionada às causas de natureza social, onde muitas vezes o comportamento indesejável do aluno tem como causa o nível social de sua família: ou muito alto, ou muito baixo. Condições sócio-culturais muito precárias, por parte do aluno, quase sempre estabelecem conflitos entre ele e a escola. É pertinente ressaltar a importância de trabalhar os conteúdos de acordo com a realidade

de cada indivíduo, pois a partir do momento que a aula deixar de ter sentido apropriado à sua realidade, o desinteresse apontará e em consequência a indisciplina também será revelada.

Por último, abordaremos como possível fator de indisciplina as causas de origem psicológicas, devendo-se ressaltar, no entanto, aquelas de ordem emocional, como a perda de um ente querido, a separação dos pais e outras. Também é preciso analisar com muita cautela os distúrbios neurológicos, os déficits de inteligência, a imaturidade perceptomotora, dentre outras.

Diante de tais fatos, precisamos levar em consideração a possibilidade de uma nova reestruturação por parte da escola, a fim de atender aos interesses dos alunos que possam estar enquadrados dentro deste contexto. Utilizaremos as palavras de Nicolau e Mauro (1986, p. 5) como complemento deste trabalho, pois acreditamos que:

À escola cabe conhecer os fatores que intervêm no processo de escolarização da criança, procurando, no dia-a-dia da rotina escolar, acolher as diferenças, sem anulá-las, e envidar todo o esforço no caminho da transformação dessas formas iniciais de socialização. Conhecer as diferenças, saber operar com e a partir delas para se conseguir a mudança e a transformação social desejada. Esta é a finalidade do processo educativo – a formação de pessoas críticas, criativas e autônomas.

Estendendo-nos a esta citação, esperamos que o processo de aprendizagem possa ser visto com um novo olhar, não limitando o foco da indisciplina ao somente caracterizar o aluno como o único responsável por tais atitudes. Acreditamos que a solução para as possibilidades colocadas acima, não esteja somente vinculada a encaminhamentos para profissionais da área médica ou a qualquer outra especificidade, mas sim em um empenho conjunto da escola, do professor, da família e também da própria criança, objetivando o resgate da sua autoestima e do seu desejo de aprender.

Ao abordar a questão da indisciplina, caracterizada como preocupação constante nos mais variados segmentos da sociedade, podemos analisar as causas que levam o indivíduo a se comportar de forma considerada fora dos padrões convencionais. É preciso que se verifique o que lhe é oferecido na sociedade e, principalmente, na família (lugares onde vive a maior parte de seu tempo), para então definirmos onde estão as possíveis causas que tanto preocupa a todos.

A primeira questão que devemos considerar está relacionada à atual sociedade que está em constante transformação. Nota-se que nos últimos anos estamos vivendo em uma sociedade onde o 'tempo' é o grande vilão. Se compararmos com os anos de 1970 e 1980, será possível observarmos o quanto mudou a rotina de vida das pessoas, onde o avanço tecnológico é um dos meios caracterizado como responsável pelas informações precisas que recebemos com um ritmo muito acelerado. Assim, estamos em meio a um processo de mudança social acentuada, que não permite ao comportamento humano um ajustamento imediato, trazendo

certa desorganização social, com reflexos no comportamento dos mais jovens que, por alguns momentos, se sentem desorientados.

Outra questão que já abordamos anteriormente, mas que vale ser considerada também como causa da mudança de comportamento do indivíduo, está relacionada à abdicação da família quanto às suas responsabilidades educativas, ou seja, com o advento da mulher no mercado de trabalho, a família também mudou os conceitos quanto à educação dos filhos. O que antes era realizado em parceria entre família e escola, hoje acaba sendo desempenhada somente pela escola, responsabilidade esta que não está surtindo os efeitos necessários, visto que a base sólida da educação ainda se encontra no seio familiar.

É comum ouvirmos as queixas de alguns pais quando se inicia as férias escolares. A sensação que nos é transmitida é que o 'fardo' está pesado demais diante de tantas outras ocupações que eles têm que se preocupar.

Outro fator que pode ocasionar a indisciplina é a omissão que se percebe quanto aos seus deveres de disciplinamento por parte daqueles que são os responsáveis pela educação, entre eles, pais e professores, pois parecem estar equivocados e mesmo confusos quanto à validade de valores que deveriam ser definidos. Assim, o diálogo é fato inexistente, não enfatizam aquilo que acham ser o correto, não proporcionam experiências que possam ser apreciadas criticamente e levar à estruturação de valores e normas disciplinares necessárias não só à vida do educando, como também à escola e toda à sociedade.

O imediatismo absoluto também é pontuado como causador da mudança de comportamento, onde as crianças deixaram de ser crianças desde o momento em que muitos pais passaram a acreditar em um imediatismo que está contagiando de forma negativa toda a sociedade.

São pais que, compulsivamente, querem preparar seu filho para o futuro sucesso profissional, causando então um amadurecimento precoce. Desde pequenos são matriculados em aulas extras como judô, inglês, piano, balé, futebol e uma infinidade de outras atividades que acabam não possibilitando o descanso necessário e ainda inibem a criatividade da criança em desenvolver as brincadeiras caseiras tão importantes para os aspectos psicomotores e psicológicos da criança.

Expressivos a ponto de serem os responsáveis por formar conceitos, os inúmeros veículos de comunicação, entre eles a internet e a televisão, podem ser pontuados como uma das causas que transgridem a indisciplina. Em nome de um realismo ilusório e de uma excessiva liberdade de expressão, conseguem monopolizar de forma silenciosa aqueles que ainda não têm formado os princípios básicos de amor e respeito ao próximo, sentimentos de justiça social, solidariedade e honestidade, consideradas como sustentáculo essencial para que o indivíduo possa ter o mínimo de equilíbrio e disciplina.

É preciso considerar também o fator crise de autoridade como causa da mudança de comportamento do indivíduo. Devido a todo um processo de divulgação em massa, onde transmitem a ideia de que tudo é 'normal', a instituição escolar também está sendo invadida por esta onda de permissividade

absoluta, onde reflete de maneira negativa sobre o processo educacional, o rebaixamento da autoridade dos pais e professores. Contudo, é importante ressaltar que muitos pais e professores contribuem, e com ênfase, para o agravamento desta "crise de autoridade".

É indispensável, por fim, ressaltar que uma fonte de suma importância que vem contribuir para o número crescente de indisciplina é a ênfase que se tem dado aos direitos do educando, escamoteando-lhe, no entanto, os deveres. O que presenciamos a cada dia é uma onda crescente de jovens prontos a exigirem seus direitos, sem a mínima sensibilidade para com seus deveres.

Em se tratando do presente estudo, em que os casos de indisciplina na escola são a grande preocupação, é possível considerar que as consequências dessa indisciplina são tais que podem transformar negativamente a vida do ser humano, não apenas na fase escolar, mas por toda a vida.

É visível que a escola e a sociedade estão vivendo uma profunda crise de valores e a sala de aula acaba por servir como local apropriado para extravasar o reflexo dessa grande indisciplina social.

A complexidade da vida social, concomitantemente ao novo perfil de família, o uso desordenado dos meios de comunicação, a falta de estrutura na escola, são obstáculos que prevalecem quando se trata da prevenção e do controle da indisciplina. Assim, é importante considerar alguns aspectos que podem vir a contribuir para garantir uma melhor visão sobre o assunto.

O educador deve ter a perspicácia ao estabelecer normas disciplinares, demonstrando em forma de conscientização que são importantes para o próprio educando.

As normas devem ser fornecidas com firmeza e as execuções das mesmas devem ser bem controladas.

Nunca deve exigir o que o educando não tenha condições de cumprir, pois, quando se exige o impossível, leva-se o educando à frustração ou à mentira. Ao estabelecer-se normas, é bom fazê-lo tendo em mente o benefício do educando ao invés do nosso, pois isso seria coação, e esta só é válida e aceita quando for ao encontro do interesse do educando. (MARTINS, 1993, p. 194).

O professor precisa ser o 'porto seguro' na sala de aula, definindo e criando situações para que tudo aconteça dentro do previsto, levando em consideração as particularidades de cada aluno, pois a partir do momento que algumas atitudes passarem a ficar desacreditadas, a relação poderá desabar e a reconstrução da mesma poderá acontecer em ritmo lento ou mesmo não vir a acontecer.

A maneira mais eficiente de manter a relação do professor com o aluno ainda é baseada na conquista. Quando o professor tem vocação para o desempenho de sua função, é capaz de agir com segurança e compreensão aos problemas do aluno, conseguindo o respeito, o carinho e a admiração. O

aluno, por sua vez, procura ser comportado para não decepcionar quem o quer bem e o trata como verdadeiro ser humano.

Para penetrar em um mundo tão complexo como o do comportamento humano, especialmente em uma sala de aula onde prevalece a heterogeneidade, em um tempo em que fatores dos mais variados se impõem criando problemas de toda natureza que contribuem para a indisciplina, é preciso ser um "professor-povo", numa definição de Nidelcoff (1983, p. 98)

Tem uma ideia clara a respeito das causas dos problemas contemporâneos, percebendo para onde e como a História avança. Nesse contexto, situa a escola e a si mesmo na linha de libertação dos oprimidos.

Uma visão histórica clara permite-lhe revisar criticamente o papel político de nossa escola, na atualidade e no passado.

Permite-lhe também desmascarar a identificação como os interesses dos grupos dominantes e a alienação histórica em muitas figuras consideradas até agora como modelos a serem adotados. Compreende o papel de vanguarda que a classe trabalhadora deve cumprir na construção da sociedade nova.

Partir do conhecimento e da origem dos problemas, faz com que o professor conviva melhor em sala de aula, sem divergências constantes, porque entenderá as razões do aluno, por mais absurdas que possam parecer.

Muitos problemas de indisciplina, onde o protagonista é o aluno, podem estar relacionados com a ausência de liberdade mesmo que vigiada. É evidente que esta posição não deve ser de rendição, onde se permite a desordem total. Aos alunos é essencialmente importante desenvolver o senso de responsabilidade, de moral, de limites de sua liberdade em relação aos outros e uma série de outros elementos que acabam por constituir a base da disciplina.

As crianças devem construir suas regras de conduta em liberdade e com responsabilidade. É a cooperação que favorece a construção da autonomia moral, mais que o controle do autoritarismo dos adultos. O aluno que coopera sente a necessidade de ser leal, de confiar e de ser confiável. Ao experimentar a cooperação, efetivamente, sentimos que ela é útil, desejável, satisfatória em si. (JOURBERT, 1994, p. 75).

A melhor maneira de controlar um aluno é dando-lhe responsabilidade, fazendo com que participe mais ativamente das atividades propostas, tenha seu tempo sempre ocupado, sentindo-se importante e útil diante das tarefas que lhe são atribuídas.

O aluno, quando chega à escola, está com uma sobrecarga de comportamentos e atitudes adquiridos pela família e pelo grupo social em que se encontra integrado. Isso, somado ao seu comportamento natural, poderá caracterizar sua própria individualidade, criando inúmeros

conflitos em um ambiente onde as regras precisam ser seguidas concomitantemente ao sentimento de respeito para com as pessoas envolvidas no processo.

Respeito é o sentimento de consideração àquelas pessoas ou coisas dignas de nossa veneração e gratidão, como aos pais, aos mais velhos, às coisas sagradas, aos sentimentos alheios. Neste sentido implica na ideia de merecimento ou direito por parte de quem é respeitado. Tratar com cordialidade, com amizade, com liberdade não significa esquecer o respeito, que é condição inseparável da dignidade humana. (ÁVILA, 1982, p. 430).

O professor, por sua vez, é consciente de que para conseguir o respeito do aluno terá também que respeitá-lo. Isso não significa omitir-se diante de certas reações negativas e indisciplinadas dos alunos, porém, não será pertinente ao professor agir da mesma maneira. Será de extrema importância que se faça uso do diálogo com orientações convenientes, discutindo o que se acredita ser o mais importante.

Cabe ao professor tomar a iniciativa para melhorar a participação do aluno em sala de aula, pois mesmo que o professor seja considerado 'liberal', ele será sempre o líder que coordenará e organizará o trabalho da forma mais adequada.

2.1 Construção do Trabalho Coletivo em Sala de Aula

O dicionário da Academia Brasileira de Letras define a palavra "coletivo" como um grupo de pessoas unidas por interesses, hábitos e costumes. Assim definimos também a construção do trabalho coletivo em sala de aula, onde a participação de todas as pessoas envolvidas no processo da aprendizagem – mesmo que durante os trabalhos, discussões ou avaliações – possa transmitir equilíbrio e uma sintonia constante entre todos os membros do grupo.

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social (sobretudo numa sociedade complexa como a nossa). A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Nesse sentido, as normas deixam de ser vistas apenas como prescrições castradoras e, passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. Mais do que a subserviência cega, a internalização e a obediência a determinadas regras pode levar o indivíduo a uma atitude autônoma e, como consequência, libertadora, já que orienta e baliza suas relações sociais. Neste paradigma, o disciplinador é aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites. (REGO, 1996, p. 36).

Portanto, o professor que conseguir exercer de forma eficiente a sua função, fazendo com que o aluno consiga atuar de forma espontânea na sala de aula, porém, com responsabilidade e valorizando a sua

capacidade de ação, terá sempre melhores condições de praticar a coletividade e ainda manter a disciplina entre seus alunos.

Como a vida do indivíduo é bastante restrita aos seus próprios interesses, com frequência o professor precisará estimulá-lo a ampliar o seu universo. É importante proporcionar-lhe a oportunidade de ajudar a constituir normas de comportamento, regras de ações internas, pois, obedecer, respeitar e seguir as próprias normas que ajudou a criar é muito mais fácil do que respeitar aquilo que os outros impõem. Paulo Freire (2000, p. 58-59) complementa:

As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, indagar-se e de indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e de não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo. Se as liberdades não se constituem entregues a si mesmas, mas na sua assunção ética de necessários limites, não se faz sem riscos a serem corridos por elas e pela autoridade ou autoridades com que dialeticamente se relacionam.

Já é momento do professor refletir mais sobre suas ações, é preciso e, essencialmente, importante deixar o aluno caminhar sozinho, mesmo que com isso as dificuldades apareçam e seja necessário recomeçar. É importante ressaltar que é através dos obstáculos que aparecem em nossa vida que crescemos, portanto, a frustração será menor se desde o período escolar já conseguirmos conviver com tais tipos de situação.

O aluno que sabiamente estiver ciente da sua responsabilidade para com o bom andamento do ambiente escolar, saberá ser cumpridor dos seus deveres, procurando sempre fazer o bem geral para que ele também possa estar em um ambiente agradável. Todas as vezes que o aluno souber o que pode e o que não pode fazer, e que estiver preparado para atuar nesta área, tornar-se-á mais simples o controle do seu comportamento. No entanto, caberá ao professor a capacidade de garantir a participação de todos, respeitando as características individuais, compreendendo o modo de ser e os problemas de cada um. Assim, o trabalho em sala de aula transcorrerá normalmente, garantindo um desejável comportamento disciplinar.

A partir do momento que o aluno sente que a instituição poderá funcionar melhor se ele for parte integrante desse processo, passará então a assumir maior responsabilidade, objetivando o reconhecimento da comunidade escolar, onde passará a ter sua autoestima elevada, propiciando um ambiente harmonioso a todos.

2.2 Formação da Cidadania no Espaço da Sala de Aula

Diante de todas as transformações que ao longo dos anos levaram à democratização do nosso país, passou-se a exigir cada vez mais a capacitação do ser humano para que fosse

possível haver o discernimento do que seria benéfico e o que poderia causar riscos nos mais variados segmentos da sociedade.

A escola, por sua vez, que possui como papel fundamental na educação a conquista do pleno desenvolvimento da pessoa humana, não poderia e não seria justo – muito menos sensato – que se preocupasse apenas com o aspecto cognitivo, que por ora sempre foi a grande preocupação da família e da escola, mas é necessário nos preocuparmos com o ser humano de forma integral.

A educação tem que despertar em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade e sua capacidade de exercer a cidadania. É o instrumento que transforma a pessoa, tornando-a responsável pelo seu próprio progresso e pelo bem da comunidade.

Através da educação se constrói os espaços de convivência durante toda uma vida. Uma boa ou má educação é o resultado do tipo de família, escola, igreja, trabalho, sociedade e meios de comunicação que possuímos. Mesmo que seja um processo que dure a vida toda, a escola tem um papel fundamental no aprendizado. Educar para que cada um exerça a sua cidadania, conheça e viva os próprios direitos e deveres.

Não basta apenas o saber. É preciso que esse saber esteja em função de uma sociedade mais humana, pois em um mundo que vive constantes mudanças é preciso aprender a aprender e colocar o aprendizado a serviço de uma melhor qualidade de vida a todos.

Organizar conteúdos e apresentá-los com eficiência, não é a fórmula do sucesso. É preciso que seja apresentada uma ordem de elementos, com os quais se conjugue o trabalho contínuo do professor com suas ações, para só então alcançar resultados positivos com seus alunos.

Apesar de termos enraizado a cultura que define a preocupação de preparar para o mercado de trabalho, a Constituição Federal de 1988 deu como prioridade a dignidade da pessoa humana, ou seja, diante de toda a teoria que deverá ser assimilada pelo aluno no decorrer da sua vida escolar, concomitantemente, deverá ser trabalhado em prol do preparo para o exercício da cidadania e, como consequência, atingiremos a dignidade do ser humano em sua plenitude. No entanto, questões como direitos e deveres, a criticidade construtiva e consciente, e o preparo para a autonomia estão sendo o grande desafio da educação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) também aborda a questão da cidadania, dizendo que

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE TÊM CIDADANIA GARANTIDA

Com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, houve o reconhecimento da cidadania das meninas e meninos: *têm o direito de ter direitos.*

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece assim a mudança da abordagem assistencialista para um enfoque emancipador no atendimento de

quem está privado de direitos. O que conta é o *direito e dignidade* e não generosidade demagógica, favores e submissão.

[...] O enfoque não é mais nem protecionismo e paternalismo, nem repressão; *é dignidade e eficácia, com ampla defesa.* (BRASIL 1990, p. 128, grifo do autor)

Conceituaremos, então, a palavra cidadania como sendo um derivado da palavra *civita*, que o latim define como cidade e que tem seu correlato grego na palavra *politikos*, como sendo aquele que habita na cidade. Em suma, cidadania é um conjunto de direitos adquiridos por Lei, onde dá à pessoa a oportunidade de participar ativamente das tomadas de decisões em prol da sociedade.

Para tanto, os princípios que constituem o artigo 206 da Constituição Federal nos prova o quanto é relevante a questão da formação do cidadão:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização do profissional do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia do padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

Todos esses princípios é o que determina uma educação libertadora, e ao mesmo tempo estão em harmonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Entretanto, ainda hoje vivemos um imenso desafio: o de fazer valer todos os princípios adquiridos e que muitos deles ainda permanecem somente no papel.

Para Kant, filósofo alemão considerado como o último grande filósofo da era moderna (séc. XVI e XVII), a escola é o lugar ideal para formar cidadão, pois corrige a educação familiar, cujo maior defeito é dar inúmeros privilégios ao educando.

É bem verdade que, de maneira geral, a educação brasileira está empenhada em fortalecer o exercício da cidadania ainda nos bancos escolares, haja visto que tal valor não se aprende com os livros, mas com a convivência na vida social e pública, através das relações que estabelecemos com outras pessoas, com o bem público e também com o próprio meio ambiente. A cidadania por si só não frutificará com tanta destreza, será necessário agregar outros valores como a solidariedade, os direitos humanos e também a ética.

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO E AMIZADE: POR UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR-ALUNO

Desde o início deste trabalho procuramos enfatizar as relações entre professor-aluno das mais variadas formas. No capítulo anterior focamos o conceito, assim como as causas e prevenção relacionadas às atitudes de disciplina e indisciplina em sala de aula. Abordamos também os aspectos da cidadania e coletividade como sendo os pressupostos da vida em dignidade, e finalizamos, então, tratando a questão da ética e cidadania com o intuito de reflexão e análise do contexto contemporâneo.

Todo o trabalho de pesquisa que foi desenvolvido até o presente capítulo, foi para que pudéssemos chegar a um assunto de suma importância, algo que nos faz batalhar pela conquista, que algumas vezes nos assombra com tamanha intensidade, mas que somente será conquistada se realmente estiver edificado sobre o firme alicerce dos valores morais, baseados na esperança, honestidade, verdade, ética, solidariedade e também sobre as grandes virtudes, sendo elas: a sinceridade, a laboriosidade, a disciplina, a lealdade e a alegria que nos fazem crescer. Estamos falando então sobre algo que não faz distinção de raça, cor ou credo, mas que podemos sentir por qualquer pessoa em qualquer momento da nossa vida. Assim, estamos falando sobre a amizade.

No presente capítulo, entretanto, abordaremos a relação professor-aluno enfocando o quanto o processo de ensino-aprendizagem poderá acontecer harmoniosamente partindo do pressuposto de que professor e aluno desenvolverão uma relação de respeito mútuo, baseada no diálogo e em profundos laços de amizade.

3.1 Amizade: Que Sentimento é Esse?

Todas as pessoas esperam ser tratadas com carinho, respeito e educação. Certamente, mais que um ser humano adulto, a criança e especialmente o adolescente desejam que lhes seja evidenciada a afetividade.

Grande parte dos casos de indisciplina escolar encontra-se fundamentado na falta de atenção que o professor tem para com o aluno.

A afetividade determina a evolução completa do ser humano, desde a vida intra-uterina à maturidade. A inteligência tem sua base estrutural na afetividade. Os processos de adaptação ao meio, a construção do mundo se organizam em torno das protovivências afetivas. Há uma inteligência emocional. A capacidade de aprender, a memória, as percepções são condicionadas pela afetividade. As motivações existenciais que desenham nossa trajetória na vida são de natureza emocional. Assim, a estrutura

seletiva, as preferências e o juízo estético são influenciados pela afetividade. (TORO, 1999, p. 13).

O professor que consegue observar além do ambiente da sala de aula, que consegue trabalhar as questões de afetividade e, conseqüentemente, da amizade, que o compreende e dialoga e atua com o aluno de forma sensível, tem maior possibilidade de obter resultados positivos em relação à disciplina em sala de aula.

Antes de se conhecer a importância da amizade nas relações professor-aluno, é necessário que haja um dimensionamento deste sentimento, para que seja possível alcançar a sua compreensão.

Atualmente, a velocidade incessante em busca de oportunidades no mercado de trabalho e, em conseqüência, a competitividade, objetivando apenas o sucesso pessoal, é perceptível no andar das pessoas apressadas cujos olhares não dispõem de tempo para se cruzarem.

Assim, é uma época marcada pelo individualismo, predominando o descomprometimento com o outro e afirmando os interesses individuais.

Paulo Freire, no entanto, coloca um dos aspectos fundamentais do movimento afetivo das relações.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando para os outros de cima para baixo, sobretudo, como se fossemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas, é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele. (FREIRE, 1999, p. 127-128).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, podemos afirmar que diante de tantos fatos acontecidos em sala de aula, o diálogo e a compreensão não se fizeram presente neste contexto e que o processo de saber falar e escutar é tão fundamental na vida em sociedade, especificamente em sala de aula, quanto o processo de dormir e acordar, ambos se complementam.

Em tempos no qual a economia globalizada produz exaustivas cargas de trabalho, cansando corpos, distanciando pessoas, dispersando os amigos, faz-se notar que essa corrida contra o tempo está trazendo grandes preocupações, pois mesmo quando os interesses individuais apresentam saldos positivos, ainda assim, revela o sofrimento sentido pela escassez do contato humano.

Sabidamente já dizia o grande filósofo grego Aristóteles que “o ser humano é um animal social”. É impossível conseguir desenvolver-se sem a presença do grupo. E quando

fora perguntado sobre o que é um amigo, ele respondeu: “O que é um amigo? Uma única alma habitando dois corpos”.

E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ‘ilha cercada de gente por todos os lados’. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se ‘amarrar nela’! Ora, é lógico, numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (FERNANDES, 2008).

O educador Paulo Freire deixou sua marca não apenas na área específica de sua atuação, mas também como escritor poético. O tema escolhido para desenvolver a poesia que se segue, foi o ambiente que mais cuidou, tratando do relacionamento das pessoas que o compõe, onde acredita que deve reinar a amizade incondicional.

A ESCOLA

Escola é...
 O lugar onde se faz amigos
 não se trata só de prédios, salas, quadros,
 programas, horários, conceitos...
 Escola é, sobretudo, gente,
 gente que trabalha, que estuda,
 que se alegra, se conhece, se estima.
 O diretor é gente,
 O coordenador é gente, o professor é gente,
 o aluno é gente,
 cada funcionário é gente.
 E a escola será cada vez melhor
 na medida em que cada um
 se comporte como colega, amigo, irmão.
 Nada de ‘ilha cercada de gente por todos os lados’.
 Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
 que não tem amizade a ninguém
 nada de ser como o tijolo que forma a parede,
 indiferente, frio, só.
 Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
 é também criar laços de amizade,
 é criar ambiente de camaradagem,
 é conviver, é se ‘amarrar nela’!
 Ora, é lógico...
 numa escola assim vai ser fácil
 estudar, trabalhar, crescer,
 fazer amigos, educar-se,
 ser feliz. (FREIRE, 2005).

Assim, podemos considerar que o lema “um por todos e todos por um”, perpetuado pelos três mosqueteiros do francês Alexandre Dumas, seja digno de refletir sobre a essência do contato com o outro, sendo esta aproximação de suma importância para o desenvolvimento das mais variadas instituições, entre elas a escola, onde a aproximação poderá ocorrer entre professor-professor, aluno-aluno ou puramente entre professor-aluno. É impossível conseguirmos crescer sem o outro. Quando nascemos fomos acolhidos pela nossa família, e desde então, não paramos mais de nos relacionar com outras pessoas. É através destes encontros e desencontros que passamos a desenvolver nossas habilidades e competências, nossas atitudes e nossos valores. A esse respeito Tortella (1999, p. 141) nos diz:

Desde que nasce, o homem está imerso no mundo social, com o qual interage de diferentes maneiras, à medida que se desenvolve. As relações sociais que ele estabelece no decorrer de seu processo evolutivo são inerentes e essenciais à vida humana. Embora as pessoas estejam cientes dessa importância, parecem desconhecer o aumento da violência familiar, do número de casos de alcoolismo, de depressão etc., que pode ser decorrente da dificuldade que elas têm em estabelecer relações amistosas com o outro.

A preocupação em estudar as relações interpessoais, em especial a questão da amizade, não é algo recente, já que Aristóteles (1985, p. 153), em seu livro *Ética a Nicômanos*, escreveu dois capítulos baseados exclusivamente na amizade, cujo objetivo é afirmar que a amizade é uma forma de excelência moral, sendo fator essencial para a vida do ser humano. Citando então que “os amigos estimulam as pessoas na plenitude de suas forças e à prática de ações nobilitantes – ‘quando dois vão juntos’ – pois com amigos as pessoas são mais capazes de agir.”

De acordo com Foucault (apud. CARVALHO; MAIA, 2008, p. 9), em um de seus relatos pontuara o progressivo e ordenado declínio das possibilidades afetivas e vitais contidas na amizade, dizendo que

Ao longo dos séculos que se seguiram à Antiguidade, a amizade constituiu um elo social muito importante: um elo social no interior do qual os indivíduos dispunham de uma certa liberdade, de um certo tipo de escolha (limitado, decerto), e que lhes permitia também viver relações afetivas muito intensas. A amizade tinha também implicações econômicas e sociais – esperava-se do indivíduo que ajudasse seus amigos, etc. Penso que, nos séculos XVI e XVII, vemos desaparecer esse gênero de amizades, ao menos na sociedade masculina. E a amizade começa a tornar-se uma outra coisa. A partir do século XVI, encontramos textos que criticam explicitamente a amizade, que eles consideram como algo perigoso. O exército, a burocracia, a administração, as universidades, as escolas, etc – no sentido que tem essas palavras hoje – não podem funcionar com amizades tão intensas. Penso que se pode ver em todas essas instituições um esforço considerável para diminuir ou minimizar as relações

afetivas. É o caso, em particular, nas escolas. Quando foram inaugurados os estabelecimentos secundários [*correspondentes ao nosso atual ensino médio], que acolhiam centenas de rapazes, um dos problemas foi o de saber como se podia impedi-los não apenas de terem relações sexuais, é claro, mas também o de contrair amizades. Sobre esse tema da amizade, pode-se estudar, por exemplo, a estratégia das instituições jesuítas – os jesuítas compreenderam muito bem que lhes era impossível suprimir a amizade. Eles então tentaram ao mesmo tempo utilizar esse papel que representavam o sexo, o amor, a amizade, e limitá-lo. Nós deveríamos agora, penso eu, depois de ter estudado a história da sexualidade, tentar compreender a história da amizade, ou das amizades. É uma história extremamente interessante. (DE, IV, p. 744)

Foucault adentra a questão da amizade especialmente sob o olhar da sexualidade. Porém, é possível transcender a visão que propusera, verticalizando para além dos limites da relação homossexual, podendo assim, como disse sabiamente Ortega (1999, p. 132), nos referir à amizade como a “forma livre de sociedade”.

A amizade, na concepção foucaultiana, resplandece o encontro com a alteridade, ou seja, para o desafio e a incitação e jamais para a submissão ao outro, favorecendo novas formas de relacionamento que, como cita Foucault (2004, p. 120), não se esgotam na família e no matrimônio:

Vivemos, de fato, em um mundo legal, social, institucional, no qual as únicas relações possíveis são muito pouco numerosas, extremamente esquematizadas, extremamente pobres. Há evidentemente a relação de casamento e as relações familiares, mas quantas outras relações deveriam poder existir.

Parece um tanto contraditório se disséssemos que fazemos amizade constantemente durante toda a nossa vida, que temos inúmeros amigos e que somos amigo, porém, conceituar a amizade é extremamente difícil. Ao longo do tempo, a concepção de amizade foi sendo modificada .

A concepção contemporânea de amizade associada ao privilégio de intimidade e familiaridade foi herdada dos tradicionais discursos dominantes de amizade que desde a Antigüidade, com Aristóteles e demais filósofos, vinculam a semântica de amizade à família, além dos adventos da modernidade, mais precisamente as mudanças ocorridas durante os séculos XVIII e XIX, que marcaram o movimento de hegemonia familiar, da “familiarização” do privado.

Segundo Ortega (2002), as práticas e o significado social da amizade mudam constantemente. A amizade na Grécia e Roma Antigas era considerada a virtude máxima da sociedade, configurando-se de diversas maneiras, expressando-se ora como ações políticas no espaço público, desvinculadas da instituição familiar, ora como narrativas ou atividades vinculadas à familiaridade e a esfera privada, num contexto de intensa vida pública entre os homens, no qual a polis caracteriza-se por dois regimes de vida bastante contrastantes: o público e o privado. Como aponta Baldini (2000 cf. GOMES, 2004, 54), os filósofos da Antigüidade dedicaram à amizade uma atenção

especial, procurando descobrir quais as qualidades do amigo ideal e, também, a função da amizade. (GOMES, 2005, p. 53).

Tais modificações podem nos ser apresentadas pelo fato de que a amizade não é algo concreto, palpável, mas sim por se tratar de ser um sentimento. Para tanto, Ferreira (2004, p. 117), traz o significado no minidicionário da língua portuguesa dizendo que a amizade é “sentimento fiel de afeição, apreço, estima ou ternura entre pessoas”. Já Martins (2007, p. 24-25) nos explanou dizendo que “a amizade é uma relação de afeto entre duas pessoas isoladas, responsáveis por si mesmas e iguais em termos de poder de uma sobre a outra.” Complementa ainda dizendo que “a amizade é uma relação aberta, livre e tranqüila”.

Não podemos nos esquecer que escolhemos os nossos amigos, ao contrário dos membros da família na qual nascemos ou fomos criados. Essa é uma das características da amizade: ela é eletiva. Contudo, não basta que nós escolhamos os amigos que queremos, eles também precisam nos escolher, isto é, a amizade é sempre uma relação recíproca entre duas pessoas. Não há como ser amigo de alguém que não é meu amigo.

O saudoso educador Paulo Freire certa vez proferiu que “não há educação sem amor”. Sabiamente ele foi ao âmago de tudo, pois educar sem amor pode resultar em um mero ganha pão, em um simples contar de hora-aula ou em uma assinatura de folha de ponto apenas. É mister que viver de verdade exige vontade, alegria, doação, ou seja, exige paixão. E vou além aproveitando o poema do diplomata Francisco Otaviano de Almeida Rosa que diz que “quem passou pela vida em brancas nuvens, [...] passou pela vida e não viveu”. Acredito que mais que a própria razão, a condição de amar é que nos torna especiais dentre os seres que habitam a terra. E na hora de transmitir nossos conhecimentos aos outros homens é importante fazer valer isto que há de belo dentro de nós, sempre transmitindo conhecimentos com afeto. (SANTANA, 2007).

É com esse olhar, focado na pureza e na sensibilidade das relações, que Paulo Freire nos posiciona frente à importância do amor no processo de educar. O profissional que não está preparado para as múltiplas relações de sala de aula, entre elas o amor e, conseqüentemente, a amizade, não está apto a assumir tal função.

Estudos baseados nas relações de amizade tornaram-se crescente nos meios de comunicação, tal como a reportagem da Folha de São Paulo, indicando que a amizade está em alta, onde “Filósofos e psicanalistas apostam que o amigo voltará a ocupar um papel de destaque na sociedade deste século”, ou que “transformações na família e insatisfação com o individualismo exacerbado revalorizam a importância dos amigos no século 21” (MILAN, 2001, p. 8-11). Neste artigo de jornal com circulação nacional, a psicanalista Millan (2001, p. 9) afirma:

Os tempos atuais podem não ser favoráveis à amizade, mas ela está sendo revalorizada porque nós precisamos de um saber novo, e o saber do amigo é eminentemente moderno. Ele pode ensinar a conter a violência e conquistar a paz, porque o amigo é o pacifista de que os tempos de hoje precisam..

Em todas as relações de amizade germinam a solidariedade e a generosidade que recusam a dispersão e a fragmentação, que a amizade como modo de vida é perturbadora, segundo Foucault, (2004) ao ressaltar que quando os homens começam a se amar desestabilizam os modelos instituídos de subjetividade e relacionamento.

Vincent-Bufferault (1996) coloca que, no final do século XVIII e mais precisamente a partir do século XIX, a preocupação com a infância e o surgimento da adolescência, como fases essenciais para a formação da personalidade, são vistas através de um novo conceito educacional e também através de novos estudos na área da medicina que instauram mecanismos de vigilância, sob o modelo panóptico, visando à preparação para um futuro burguês.

De acordo com a perspectiva walloniana, falar de afetividade no ato educacional, mais precisamente na relação professor-aluno, é falar de como lidar com as emoções, com a disciplina e com a postura do conflito eu-outro. Vale ressaltar que essa postura de conflito eu-outro ocorre em dois momentos distintos da vida do educando: na infância e na adolescência. Para a criança, o conflito se dá com as diversas interferências da família, sua primeira comunidade, e da escola (ou qualquer outro ambiente que ela frequente) em sua vida. Para o adolescente, o conflito ocorre com o estranhamento de si com o mundo que o cerca. (SANTANA, 2007).

É exatamente na fase da adolescência – conhecida por ser um período propício à amizade – que esta passa a ter o caráter de “amizade formadora” que orienta as escolas e a formação do adulto. Rousseau, filósofo suíço, foi quem desvendou a amizade adolescente como momento privilegiado da formação da personalidade, da constituição do indivíduo. “É entre ascensão do individualismo, modelo literário da intimidade, da construção de si e enquadramento escolar da juventude que se reforça a importância da amizade juvenil.” (VINCENT-BUFFAULT, 1996, p. 127).

A necessidade de estar com o outro em qualquer momento da vida, também é fato presente na instituição escolar, ficando evidente no início do ano letivo a ansiedade que todo aluno traz consigo, não em relação à disciplina que irá estudar, mas sim, sobre quem será o seu professor, quem serão os amigos que estarão estudando na mesma sala de aula. Assim, a escola passa a ser fundamentalmente o primeiro grande espaço de amizades.

Carvalho e Maia (2008, p. 6-7) citam que:

Desde a Grécia, se pensou a origem de nosso saber, e à situação em que se considerou inscrever a nossa possibilidade de conhecimento, ou seja, em um ambiente ou uma relação de *philia*, de *amizade*. O saber como uma forma de atividade que, curiosamente, não podia prescindir da relação amistosa, amigável: foi essa a herança inextricável e dramática dos gregos. Para existir o saber, era preciso existir também esse amigo e essa amizade. Era preciso fazer-se “amigo do saber”, philosophos.

Diante desta citação, é possível mais uma vez comprovar que a preocupação com as relações, especialmente no processo educacional, já existe há muitos e muitos anos, haja visto que, à medida que um dos envolvidos no processo sentir-se excluído pelo grupo ou não conseguir adaptar-se a ele, estará fundamentando o sentimento de rejeição e o passo seguinte será o abandono deste ambiente onde não conseguiu sentir-se amado.

Ainda Carvalho e Maia (2008, p. 7), prosseguem dizendo que:

Para esse aluno que chega, o ambiente escolar parece ser então o mais favorável. Pois é essa situação originária que vigora ali mais uma vez. O amigo e a amiga não tomam o lugar da aula, nem a amizade suplanta o conhecimento e o desejo de conhecimento, mas ao contrário, eles o favorecem, fazem com que cada um, ao ingressar na escola reencontre-se com essas condições requeridas para a construção do seu próprio saber, reencontre-se com a condição originária da sophia, que está posta no entorno da amizade.

Baseado neste pensamento, já é possível estabelecermos e assim percebermos alguns fragmentos na sala de aula, não apenas dos dias atuais, mas desde séculos, onde surge a tentativa de distanciar um aluno do outro, deixando-os enfileirados sempre o mais longe possível com o intuito de evitar conversas paralelas. Enquanto que, se analisarmos por uma outra vertente, seria de suma importância que possibilitássemos em alguns períodos (definido por contrato entre professor e aluno) esta aproximação entre os educandos do qual poderiam estar utilizando este momento para a troca de informações, possibilitando aprender a ouvir o próximo, a se colocar diante de outras pessoas, a dialogar, a perceber a reação do outro, a dividir tarefas e a colaborar para atingir determinados objetivos. Santana (2007) complementa afirmando que:

O ambiente de sala de aula, que muitas vezes pode se mostrar frio, severo e hostil aos nossos educandos, deve ser recolocado, representado aos mesmos de forma mais amena e amigável. Quando a maioria das tarefas de sala de aula exige que a criança fique parada e estática, com uma atenção direcionada ao que é exposto pelo professor, mui certamente este local não será um dos mais atraentes a ela. Não é difícil, dentro desse clima austero, surgir hostilidade da criança em relação ao professor e ao ambiente escolar. Dentro dessas situações de conflito facilmente observadas nas escolas, o professor pode fazer toda a diferença.

É necessário que o professor tenha espírito inovador em suas aulas, pois o processo da rotina cansa tanto aquele que desempenhará a função de aplicar o conteúdo (professor), quanto aquele que terá por finalidade escutar a explicação (aluno).

Contudo, é óbvio que o conhecimento teórico deve ser aprofundado mediante propostas, e se assim não for, estará infringindo as leis maiores, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, onde o artigo 22 sobre a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, nos diz que devemos assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, considerando assim o ensino fundamental com dupla característica, ou seja, a de terminalidade e a de continuidade. No entanto, sabemos que é possível e fundamental o professor colocar a necessidade do conhecimento ao mesmo patamar da função vital do relacionamento com trocas de informações, possibilitando e criando nos alunos o hábito de desenvolver as capacidades afetivas, sociais e emocionais.

O professor, no entanto, precisa estar incluído nesse processo dos relacionamentos em sala de aula, permitindo que seus alunos o sintam como parte integrante na existência da afetividade, da confiança, da empatia e do respeito, possibilitando que entre esta nova comunidade de saberes o aluno se sinta seguro para melhor desenvolver as potencialidades da leitura, da escrita e das pesquisas autônomas, sem que tais sentimentos interfiram no cumprimento ético de seu dever de professor. Para tanto, WEBER (2004, p. 46) nos diz que “se um professor alcança esse resultado, inclino-me a dizer que ele se põe a serviço de potências “morais”, ou seja, a serviço do dever de levar a brotarem, nas almas alheias, a clareza e o sentido de responsabilidade.”

Para complementar o pensamento weberiano, Morales (2006, p. 102) cita que:

Algo que alguns professores mencionam, e que a pesquisa mostra que contribui para criar uma atmosfera mais favorável ao mútuo entendimento, a um melhor clima e a um aprendizado mais significativo, é a abertura do professor para contar coisas pessoais na sala de aula.

Naturalmente, fatos pessoais que podem ser contados na classe não são os mesmos que podem ser contados em outro tipo de relação. Não se trata de contar aos alunos a própria vida pessoal, mas, por exemplo, experiências, episódios, opiniões pessoais e até êxitos e fracassos que ilustram ou se relacionam com aquilo que se está tratando na aula. A finalidade não é chegar a uma espécie de intimidade com a classe, mas encurtar distâncias entre nós, e que sejamos vistos como pessoas, além de professores.

Embora muitos estudiosos, entre eles Freire (2005), Santana (2007), Carvalho e Maia (2008) e Ortega (2008) afirmem a importância da amizade dentro da sala de aula, ainda assim sentimos professores e alunos resistentes com tal sentimento. Enquanto o clima da troca de sentimentos permanecer desfavorável, provavelmente todo o esforço da conquista será em vão.

É fundamental que o professor consiga retratar suas experiências, suas opiniões e suas escolhas apenas como suporte para que os mais novos não trilhem pelo caminho das dificuldades; porém, sabiamente Weber (2004, p. 45) complementa dizendo que “o professor só pode mostrar a necessidade da escolha, mas não pode ir além, caso se limite a seu papel de professor e não queira transformar-se em demagogo.”

O mesmo processo deve partir do aluno, a fim de compartilhar experiências particulares onde ao mesmo tempo em que poderá contribuir com o que está sendo proposto em sala de aula, poderá servir para ‘quebrar o gelo’ da relação.

Sabe-se que as relações humanas, embora extremamente complexas, são peças fundamentais na concretização de mudanças comportamentais. Sendo assim, fica impossível ignorarmos a importância de tal interação entre professor e aluno. Sobre esse aspecto, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) divulgou em 10 de agosto de 2004 um estudo baseado em pesquisa de campo com alunos de 4ª e 8ª série e também com alunos do 3º ano do Ensino Médio, o qual demonstra que a “rejeição na sala de aula atinge 13% dos alunos e afeta o desempenho escolar”.

A rejeição que alguns estudantes sofrem na sala de aula, seja por parte dos colegas ou dos professores, tem impacto no desempenho escolar, principalmente entre as crianças da 4ª série do ensino fundamental. A média de rendimento dos alunos que se sentem “deixados de lado” na turma fica abaixo da obtida por aqueles que não vivenciam a mesma situação. Os dados constam do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que revela, pela primeira vez, a influência da rejeição e da amizade na sala de aula no desempenho do estudante.

Na 4ª série, 13% dos alunos declaram se sentir “deixados de lado” na sua turma. Outros 34% afirmam que essa situação ocorre de vez em quando e, para 52%, não há rejeição; 1% não respondeu. Entre o conjunto de estudantes que dizem sempre se sentir “deixado de lado” na sala de aula, a média foi de 145,3 na prova de Língua Portuguesa do Saeb de 2003. Enquanto a pontuação dos que declararam nunca terem sido rejeitados na turma chegou a 178,5, ou seja, 33,2 pontos a mais. Em Matemática, a diferença é de 29,4 pontos (185,2 a 155,8). Os números foram divulgados hoje, 10, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Na 8ª série, a diferença entre a média deles e dos que afirmam não serem rejeitados é de 14 pontos, na prova de Língua Portuguesa (233,8 a 200), e, na 3ª série, de 10 pontos (267,7 a 258).(BRASIL, 2004)

Esse estudo nos faz refletir o quanto é minucioso as relações em sala de aula e nos faz analisar quantos alunos já passaram pelos bancos escolares com baixo rendimento, podendo ter como influência o clima de rejeição instaurado em sala de aula, sendo que o professor tido como o detentor do conhecimento não foi suficientemente preparado para que pudesse interferir e assim finalizar com tal estado que por hora se finda em sofrimento. Hoje,

no entanto, não podemos mais considerar fatos isolados (família, dificuldades de aprendizagem, entre elas dislexia, dislalia, hiperatividade, etc.) como sendo a única fonte do insucesso escolar, mas devemos acrescentar como uma nova perspectiva de análise o fator ‘clima escolar’.

Sabemos que para a educação não existe fórmula secreta, mas também sabemos que não há um meio mais eficaz para buscar o aprendizado com resultados positivos, se não for através da empatia que deve existir dentro da convivência entre professor-aluno. Para que esse processo aconteça dentro de um perfil ético, a democracia terá que ser presença constante em sala de aula, favorecendo ao diálogo, em consequência, o resultado que atingiremos será o de alunos mais participativos e futuros cidadãos conscientes e críticos.

O grande trunfo da educação e, principalmente, da profissão de professor, é o de podermos nos posicionar frente a tantas vidas distintas, com complexidades diversas de emoções, carências, medos, angústias, frustrações, cabendo somente ao professor estimular cada um desses alunos possibilitando assim um futuro mais promissor, pois somente quem quer o bem do outro tem o poder de dizer sim e não quando necessário, atingindo desta forma o ápice da verdade. Diferentemente do desejo de todo profissional da educação, Guimarães (1996, p. 78) nos posiciona frente à realidade da qual estamos vivendo, onde cita que:

A escola, como qualquer outra instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais. Há quem afirme: “*quanto mais igual, mais fácil de dirigir*”. A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade. (grifo do autor).

No entanto, cabe a nós – enquanto sujeitos pertencentes à sociedade civil – estendermos a bandeira da não homogeneização. Como bem sabemos, é através das diferenças que conseguimos enaltecer as nossas virtudes e, assim, formar novos laços de amizade que, por sua vez, só se torna um sentimento de frutos saborosos se for plantado em um solo com as bases da verdade. Como disse incansavelmente o grande educador Paulo Freire (2001) em sua obra *Pedagogia dos sonhos possíveis*: “o amanhecer da escola depende de sonhar sonhos possíveis; organizar coletivamente o trabalho em seu interior constitui a primeira condição para fazer possível o sonho necessário.”

A amizade em sala de aula, no entanto, se resume a tudo aquilo que a humanidade sempre careceu e que até hoje parece que não foi possível cultivá-la. Vamos em busca do tempo que passou, procurando resgatar os valores daqueles que acreditam na educação através do amor, personificando a pureza das almas, a determinação do professor e a espontaneidade do aluno.

3.2 Por uma Ética da Amizade na Educação

Não é prudente nos dias atuais vivermos em sala de aula com resquícios do que acontecia na sociedade durante o Regime Militar, mascarado por um período onde era valorizada a distância, a impessoalidade, a aparência, ao invés da autenticidade, da sinceridade e da transparência. A formalidade prevalecia nas relações entre professor-aluno, dificultando o acesso de proximidades inerente de qualquer ambiente onde possa produzir a aprendizagem.

Podemos dizer que é humanamente impossível educar para a autonomia, a criatividade e a autoconfiança, em uma instituição moldada no conteudismo, na memorização e na fragmentação do conhecimento. Como espaço de relações, cada instituição é única, fruto de histórias particulares. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais, onde prima por relações pautadas em uma postura ética.

Hoje, no entanto, é necessário termos uma posição diferenciada em relação ao comportamento com o outro, em especial no relacionamento entre professor-aluno, em que conseguimos perceber que essas relações precisam ser próximas, porém, baseadas em um sentimento de amizade sem intimidade.

A ética da amizade deve estar envolvida nos relacionamentos de maneira geral, já que a amizade é um fenômeno público e necessita da transparência dos assuntos humanos para florescer. Em se tratando de professor-aluno, o espaço existente entre esses indivíduos faz parte do mundo compartilhado e deve prevalecer. Como cita Ortega (2008, p. 9-10)

Nosso apego exacerbado à interioridade, a 'tirania da intimidade' não permite o cultivo de uma distância necessária para a amizade, pois o espaço da amizade é o espaço entre os indivíduos, do mundo compartilhado - espaço da liberdade e do risco -, das ruas, das praças, dos passeios, dos teatros, dos cafés, e não o espaço de nossos condomínios fechados e nossos shopping-centers, meras próteses que prolongam a segurança do lar.

O 'sufocamento' exacerbado proposto pelas tecnologias do momento, onde transforma aparelhos como o celular em mero veículo de contato informal nos faz refletir a amizade para além da amizade, transformando ambientes como a sala de aula em locais propícios para criar e recriar relacionamentos em desuso, tais como a cortesia, o respeito e a solidariedade. Não é coerente que expressemos a amizade com o mesmo sentido de fraternidade, pois a amizade está voltada para o público, configurando-se como um fenômeno

político, enquanto que a fraternidade se posiciona na condição de irmãos, onde somos todos iguais.

Em alguns discursos filosóficos sobre a amizade, mais precisamente aqueles deixado por Platão e Aristóteles, o amigo é representado na figura de irmão ou parente. A semelhança com a atualidade impressiona, pois séculos se passaram e ainda produzimos as relações de amizade em relações fraternais. É comum assumirmos essa postura fraternal também em sala de aula, quando faz parte do contexto crianças de 6, 7 anos, onde a professora passa a ser equivocadamente chamada de “tia”, transformando o convívio mais aconchegante para quem está experimentando o novo, o desconhecido.

Ainda segundo Ortega (2008, p.)

A amizade é no fundo um “programa vazio”, outra denominação para uma relação ainda por criar, uma metáfora do aberto que pode substituir a família em nosso imaginário afetivo. Não se trata de negar a família como instituição, mas de mudar as políticas que a privilegiam às custas de outras formas de vida, de combater o monopólio que ela exerce sobre nosso imaginário emocional, e de deixar de pensar as relações de amizade em imagens familiares. Uma sociedade como a nossa, que concentra as fontes de segurança psíquica e de suporte material na família, dificulta a invenção de outras formas de vida.

Precisamos aproveitar o tempo de escolaridade da geração atual para que possam aprender a conviver com outras pessoas e a criar vínculos de amizade, pois muito provavelmente nenhum outro ambiente como a sala de aula pode revelar os caminhos da amizade, eticamente falando, naquilo que efetivamente se deseja. É necessário que utilizemos esse espaço de aprendizagem para infundirmos alguns dos importantes estudos deixados por Foucault, entre eles o essencial “desprender-se de si mesmo”. Foucault nos ensina que se trata, portanto, da capacidade do indivíduo de “modificar não somente o pensamento dos outros, mas também o seu próprio pensamento”, Foucault (2004, p. 248). Ao possibilitarmos a um aluno um plano de relações de amizade, estamos a um só tempo redimensionando as potencialidades da criança e lançando a amizade para além das relações privadas e intimistas.

Paralelo a isso, o cuidado de si não se apresenta como prática egocêntrica, egoísta ou individualista. Ao contrário, o cuidado de si pode ser entendido, a um só tempo, como relação consigo mesmo e como “movimento de si para o outro” (ORTEGA, 1999, p. 129).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permite concluir que, embora a relação professor-aluno em inúmeros momentos apresente instabilidade ao longo de toda a história conhecida e identificada no contexto pedagógico, o aluno ainda tem no professor a extensão da família. Pode ser que esta seja até mesmo uma das causas das relações conflituosas. A criança e o adolescente acostumados em casa a tratamento com certos privilégios, levam para a escola o mesmo comportamento, e muitas vezes não é aceito por uma questão de disciplina e regimento interno da instituição.

Mas ainda, pelo que se observou, muita coisa poderia ser modificada se desde o processo de formação de um professor houvesse a oportunidade de abrir espaços para que pudessem ser trabalhados textos que retratassem o relacionamento entre professor-aluno em épocas distintas, inclusive no momento atual. Também seria oportuno o acesso a livros de informação e formação variados, principalmente relacionados ao comportamento de alunos ou na faixa etária mais conflituosa: “adolescência”.

É de se considerar ainda a falta de condição que os professores enfrentam com relação aos meios tecnológicos de comunicação, pois além da escola não estar suficientemente equipada, surge ainda a dificuldade do preparo do professor para lidar com uma tecnologia avançada, como a da informática, por exemplo.

Quando se trata do comportamento humano diante de adversidades de tratamento, qualquer ameaça causa reação. Isso está relacionado com a autodefesa e é instintivo. Se tratar bem uma pessoa, por pior índole que a domine, a chance de receber o recíproco é quase total.

Em um país como o nosso, onde a diversificação social, econômica e cultural garante uma diversificação de comportamento dos alunos na escola e na família também, é previsível, mesmo que não ideal, a presença de confrontos com normas e padrões.

Esta pesquisa permitiu conhecer as possíveis causas da indisciplina na escola, a partir de diferentes dimensões e enfoques, com demonstração dos devidos detalhes, tomando toda a extensão da realidade que se projeta e também a oportunidade de sugerir alternativas pedagógicas para alcançar sucesso no ensino-aprendizagem.

Por se tratar de um problema de grande dimensão, é importante que se busque soluções, para se obter resultados positivos adequados na própria educação. Contudo, um novo estudo na esfera educacional está sendo proposto à sociedade a partir do tema central: *Construindo o Sistema Nacional de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*, de modo que este documento sirva de referência para se estabelecer e consolidar as políticas e a gestão da educação demandadas pela nação (BRASIL, 2009).

A experiência tem mostrado que o comportamento inadequado dos alunos em sala de aula é uma das causas de repetência e evasão. O que se viu em cada capítulo serviu para conhecer como funciona a

disciplina e o que realmente se pode apresentar para garantir resultados melhores na escola, combatendo a indisciplina sem violência, dando responsabilidade aos alunos, fazendo com que aprendam de forma eficiente e saibam apresentar resultados em tudo que buscam na vida. A participação da escola e da família, com atendimento especial às crianças, torna-se fundamental para atender a cada caso e atingir aos objetivos propostos de uma educação eficiente.

O que se pretende é voltar para a realidade do cotidiano da educação e conseguir melhores resultados. Ter conhecimentos de como se encontra a indisciplina na escola é uma forma de atuar com mais otimismo, sabendo quais são os maiores problemas e quais as alternativas de soluções. Para tanto se buscou os recursos que se encontram na pedagogia baseada na afetividade e, principalmente, na amizade entre professores e alunos, discussão esta existente há décadas, mas que tem tomado maior proporção devido às frequentes mudanças nas tendências pedagógicas, em que tiveram que delinear novos princípios psicológicos, sociológicos e culturais para o processo de ensino.

É extremamente relevante considerarmos que alguns valores já mencionados neste trabalho estão ausentes em sala de aula, fragilizando a relação entre professor-aluno. Acredita-se, porém, que o surgimento e o resgate destes valores irão contribuir de maneira satisfatória para o equilíbrio da relação dos envolvidos neste processo, assim como o bom andamento do processo ensino-aprendizagem.

Em um mundo que a cada dia passa a oferecer informações que muitas vezes banaliza a vida e a capacidade de muitas pessoas viverem dentro de valores necessários para garantir a ética nas relações interpessoais, não há mais lugar para a imposição, seja em sala de aula, na família ou na sociedade. Se quiser ter o respeito e a compreensão de alguém, dê-lhe afeto, carinho e atenção e conquiste a sua amizade.

Finalmente, pôde-se concluir que o ato de pesquisar, analisar, discutir ideias de diferentes autores e confrontar com a realidade na qual se vive na escola, foi realmente importante para compreender melhor os problemas vivenciados por professores e alunos em inúmeras escolas brasileiras. Viu-se que a presença dinâmica dos meios de comunicação, principalmente a mais contemporânea de todas, ou seja, a internet, tem provocado mudanças cada vez maiores no comportamento de parcela significativa das novas gerações. As informações adquiridas por este poderoso meio de comunicação imediatista, em dissonância com o trabalho dos professores, têm produzido um distanciamento cultural entre mestres e discípulos, fragmentando ainda mais as relações e dificultando que o processo educacional alcance seus objetivos.

Para a finalidade que se propôs desenvolver o presente trabalho, não se pode discutir apenas a validade para uma aprendizagem teórica, mas sem dúvida colocar em prática o que se aprendeu para minimizar os atritos entre professor-aluno, levando em consideração o relacionamento entre esses dois sujeitos, onde o vínculo da amizade deve prevalecer em sala de aula, prosperando então, um relacionamento baseado no respeito mútuo, indispensável ao bom andamento do processo ensino-

aprendizagem. Porém, vale ressaltar que o que está proposto neste trabalho está associado a uma amizade sem intimidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam et. al. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://www.unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.Pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2009.
- ARBEX, Daniela.. Violência atinge um professor a cada três dias. **Tribuna de Minas**, Disponível em: <<http://www.jfmg.com.br/imprimir/printnoticia.php?dados=19427>>. Acesso em: 13 ago. 2008.
- ÁVILA, Fernando Bastos. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Brasília: MEC/ FENAME, 1982.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **Educação e diálogo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>> Acesso em 18 jul. 2008.
- _____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Curitiba/PR: Impresso na Imprensa Oficial do Estado, 2006.
- _____.Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, 1997. V. 8.
- _____. Conferência Nacional de Educação. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**, 2009. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/conae/index> > . Acesso em: 08 fev. 2008.
- BUARQUE, Cristovam. Formação e invenção do professor no século 21. **Revista Profissão Mestre**, Curitiba/PR, Humana Editorial., ano 9, n. 106, jul.,2008.
- CARDOSO JR, Hélio Rebello. Foucault em vôo rasante. In: CARVALHO, Alonso Bezerra e SILVA, Wilton C.L. (Org.). **Sociologia e educação**. São Paulo: Avercamp, 2006. p.135-160.
- CARVALHO, Alonso Bezerra. A sociologia weberiana e a educação. In: CARVALHO, Alonso Bezerra e SILVA, Wilton C. L. **Sociologia e educação**. São Paulo: Avercamp, 2006. p. 57-76.
- _____. ; MAIA, L. A experiência da amizade e a sala de aula. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO E FILOSOFIA,2., 2008, Marília. **Anais...** Marília: Oficina Unesp Publicações, 2008. p. 363-380.
- CONTIN, Marcelo Rocha (1998). **Disciplina escolar: caminhos para a compreensão da indisciplina**, 1998. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/14367/b1/disciplina-escolar-caminhos-para-a-da-indisciplina/pagina1.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2009.
- CUNHA, Maria Izabel. **Indisciplina em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1990.

DANTAS, H. **Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, em La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar.** Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Moderna, 2003.

ESTEVE, José M.. Mudanças sociais e função docente. In: Nóvoa, António (Org). **Profissão professor.** Porto, Portugal: Porto, 1999. Cap. IV.

FERNANDES, Hedlamar. **A escola - Paulo Freire: o mentor da educação. 2008.** Disponível em: <hedlamar.blogspot.com/2008/08/escola-paulo-freire.html.>. Acesso em 17 fev. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** 6. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Ética, sexualidade, política.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de . Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Vigiar e punir: nascimento das prisões.** Tradução de Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Organizado por Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001. (Série Paulo Freire).

_____. FREIRE, Paulo. **A escola.** 2005. Disponível em: http://www.paulofreire.org/escola_p.htm. Acesso em: 25 ago. 2007.

GADOTTI, M.oacir. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

GOMES, Livia Godinho Nery. **Semântica da amizade e suas implicações políticas: familiarismo e alteridade entre amigos nas classes populares.** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11102006-170559>>. Acesso em: 09 out. 2008.

GUIMARÃES, Áurea M. Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola. In: AQUINO, Julio Groppa . (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** 14 ed. São Paulo: Summus, 1996.

GHIRALDELI JR, Paulo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2006.

JOUBERT, Joseph. **A arte de educar**. São Paulo: Ática, 1995.

KIRSCHER, Wilson. Violência contra professores. **Jornal Hoje**, São Paulo, 09 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.jornalhoje.globo.com/JHoje/0,19125,VJSO-3076-20070409-275225,00.html>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

KOEHLER, Sonia M. F. Violência psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor-aluno. In: CONGRESSO INTERNACIONAL LA NUEVA ALFABETIZACIÓN: UM RETO PARA LA EDUCACIÓN DEL SIGLO XXI, 2003. Disponível em: <<http://www.cesdonbosco.com/revista/congreso/36-Sonia%20Ferreira%20Koehler.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

LA TAILLE, Yves de. A educação moral: Kant e Piaget. In: MACEDO, Lino de. Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 138-178, 1996.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. (2005). **A questão afetiva e cognitiva na prática educativa**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos/a_questao_afetiva_e_cognitiva_8112005.doc>. Acesso em: 10 fev. 2009.

MARTINS, José do Prado. **Didática geral**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Amor, paixão, amizade: relações afetivas na adolescência**. São Paulo: Moderna, 2007.

MASSETO, M. **Didática**: A aula como centro. São Paulo: FTD, 1996.

MATOS, Guilene. Professores de escola pública sofrem com violência em sala de aula. **Folha do Dia**, São Paulo, 13 set. 2007. Disponível em: <http://www.uninove.br/ulisses/inove/pdf/jornalismo/guilene_matos_VG_2007.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2008.

MELLO, Guiomar Namó. **Magistério de 1º grau**. São Paulo, Cortez ; Autores Associados, 1982.

MILLAN, B. Há quantas andam suas amizades? Filósofos e psicanalistas apostam que o amigo voltará a ocupar um papel de destaque na sociedade deste século. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2001, Folha Equilíbrio, p. 9-11

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz**. Tradução de Gilmar Saint'Clair Ribeiro 6 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

NÉRICI, Imídeo G. **Didática**. São Paulo: Atlas, 1989.

NICOLAU, M. L. M ; MAURO, M. A. F. **Alfabetizando com sucesso**. São Paulo: EPU, 1986.

NIDELCOFF, María Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NOSELLA, P. O compromisso político como horizonte da competência técnica. **Educação & Sociedade**, São Paulo: Cortez ;Cedes, n. 14, maio, 1983.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

PALONIA, Ana da Costa ; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2., p. 303-312, 2005.

PEREIRA, P. A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 16, n. 48, p. 103-114., 1995.

PIAGET, Jean. Os procedimentos da educação moral. In: MACEDO, Lino de Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 1-36.,

PROFESSORES defendem mais rigor para punir alunos indisciplinados. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 29 set. 2008. Disponível em: <www.odiariomaringa.com.br/noticia/202038>. Acesso em: 21 fev. 2009.

REGO, Teresa Cristina R. A indisciplina e o processo educativo. São Paulo: Summus, 1996.

SANTANA, Patrícia Maria. **O valor do afeto na relação professor-aluno**. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/1901/1/o-valor-do-afeto-na-relacao-professor-aluno/pagina1.html>> . Acesso em: 12 fev. 2008.

SILVA, Maria Ângela da. **Educar com liberdade**. Campinas: Papyrus, 1989.

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. **Relação professor - aluno: uma revisão crítica**. 2007. Disponível em: <<http://www.portalensinando.com.br/ensinando/principal/conteudo.asp?id=1527>>. Acesso em 21 fev. 2009.

TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Concepções de amizade em crianças. In: SISTO, Fermino Fernandes (Org.). **O cognitivo, o social e o afetivo no cotidiano escolar**. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Papyrus Educação)

TORO, Rolando. Biodanza. Sistema Rolando **Afetividade**. 1999 (Apostilas digitadas).

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544POR.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2008.

VINCENT-BUFFAULT, A. **Da amizade**: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

VIOLÊNCIA na sala de aula. O Norte Online, João Pessoa, PB, 28 set.2008. Disponível em: <<http://www.db.com.br/noticias/?89412>>. Acesso em: 08 fev. 2009.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.

ZAGURY, Tânia. **O professor refém**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.